

APVC – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE VIANA DO CASTELO, S.A.

Relatório
e Contas

2012

ÍNDICE

Cap. I – RELATÓRIO DE GESTÃO.....	5
0. INDICADORES	5
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A EMPRESA EM 2012.....	8
3. ATIVIDADE PORTUÁRIA	11
4. RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO.....	18
5. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS.....	22
6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	23
7. INVESTIMENTO	24
8. IMPARIDADE.....	25
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	26
10. ÓRGÃOS DE GESTÃO	32
11. GESTÃO DE RISCO	32
12. PERSPETIVAS FUTURAS	33
13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	34
Cap. II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	38
Cap. III – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43
Cap. IV – RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE.....	88
Cap. V – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	98

Relatório
e Contas

2012

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Cap. I – RELATÓRIO DE GESTÃO

0. INDICADORES

SECTORES	UNIDADE	2012	2011
TRÁFEGO PORTUÁRIO			
ESCALAS DE NAVIOS AO PORTO	n.º	212	203
TOTAL DE CARGA MOVIMENTADA	Ton.	502.917	490.493
<hr/>			
QUOTA DE MERCADORIAS NO MERCADO NACIONAL	%	0,7	0,7
<hr/>			
PESSOAL			
TRABALHADORES	n.º	46	48
TAXA DE ABSENTISMO	%	2,0	3,8
<hr/>			
INVESTIMENTO			
CAPITAL INVESTIDO	Euros	1.146.271	2.339.070
FUNDOS PRÓPRIOS	Euros	5.371	8.633
OUTROS FUNDOS	Euros	1.140.900	2.330.437
<hr/>			
FINANÇAS			
VOLUME DE NEGÓCIOS	Euros	2.795.521	2.844.318
RESULTADOS OPERACIONAIS	Euros	-330.636	156.429
RESULTADOS LÍQUIDOS	Euros	-322.514	233.484
CASH-FLOW	Euros	2.662.524	4.399.105
AUTONOMIA FINANCEIRA ⁽¹⁾	-	0,76	0,78
RENTABILIDADE DAS VENDAS ⁽²⁾	%	-11,8	5,5
RENTABILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ⁽³⁾	%	-0,1	4,4

⁽¹⁾ Capital Próprio / Activo Total Líquido

⁽²⁾ Resultados Operacionais/Prestação de Serviços

⁽³⁾ Resultados Líquidos / Capitais Próprios

1. INTRODUÇÃO

A APVC – Administração do Porto de Viana do Castelo, SA, completou em 2012 o seu quarto ano efetivo de funcionamento, após publicação do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de novembro, que criou a empresa sob a forma de sociedade anónima, de capitais exclusivamente públicos assegurados pela APDL que é, assim, o seu único acionista.

Consolidou-se o sistema regular de acompanhamento e controlo interno de gestão que se estabeleceu logo no primeiro ano de funcionamento da empresa, seja nos aspetos financeiros e contabilísticos, seja nos aspetos de movimento e estatística portuária, seja nos projetos de investimento em equipamentos e obras, o que nos permite com total fiabilidade e coerência, estabelecer comparações e perspetivar as melhores medidas na operação e no desempenho e sustentabilidade da empresa.

O modelo organizacional e a estrutura de gestão têm conduzido à ampliação das tarefas e das áreas de trabalho partilhadas com a APDL adensando métodos e processos internos semelhantes tanto de *report* como de gestão interna. Por exemplo, todos os meses se passou a efetuar uma reunião de chefias com a administração, conhecidas por AGM – Avaliação de Gestão Mensal, onde são passadas em revista todas as ações e os projetos de investimento aprovados efetuar durante o ano em curso e elaborados mapa de situação e quadro mensal de indicadores de gestão.

Entretanto, naquelas áreas em que a APVC tem capacidade de decisão e execução autónoma é costume ir introduzindo pequenas alterações e melhoramentos com vista a otimizar processos e a melhor tirar partido de uma gestão em rede, aproximando o seu paradigma funcional, o mais possível, do seu acionista único, mas valorizando a autonomia para se ajustar às diferentes condições de operação, de exploração e das características do mercado nos territórios na mais direta influência do porto de Viana do Castelo.

A principal característica que mais distingue a estrutura de exploração da APVC em relação à APDL é o facto de o porto de Viana do Castelo ser um *"tool port"* em que a autoridade portuária assegura todo um conjunto de serviços à carga como, mormente operação de equipamentos de elevação e horizontais, serviços estes que, na APDL, são da total responsabilidade das concessionárias. Aqui, as duas empresas estão separadas por um modelo organizacional e de competências diretas na operação e exploração portuárias que introduz alguma complexidade acrescida na gestão dos recursos humanos que estão afetos à exploração portuária.

Em tempos que obrigam a grande contenção no dimensionamento das equipas de trabalho a solução tem sido, sempre que possível, maior polivalência e capacidade operacional no recrutamento e disposição das equipas do setor da exploração portuária.

A vantagem de se poder dispor de maior polivalência e agilidade, com salvaguarda da segurança e fiabilidade nas operações portuárias aos navios e à carga, é tanto mais necessária quanto mais irregular for o ritmo, ao longo do ano, na carga movimentada e respetiva tipologia. O ano de 2012 foi um ano que arrancou consistente, quando comparado com igual período do ano anterior que teve um "pico" no mês de fevereiro e um mês de julho que foi o melhor dos últimos quatro anos. Este movimento, em fio de serra, produz efeitos de choque nas equipas de trabalho porque é preciso reforçá-las para responder à procura dos nossos clientes habituais mas, visto serem pequenas, logo acumulam dias de compensação no cumprimento da regulamentação, que cumprimos com diligência, quanto ao trabalho portuário.

Ora, justamente, a variação do trabalho do lado da exploração portuária, em quantidade e intensidade, ao longo do ano, confirmaram a pressão nas nossas equipas operacionais que já tinham obrigado ao redimensionamento e reforço da equipa de manobreadores de equipamentos ocorrida no ano transato para acudir ao aumento de movimento registado a partir de julho e que se prolongou pelo resto do ano.

A sustentabilidade da empresa, um dos principais objetivos definido no Plano de Ação para Modernização e Melhoria da Competitividade do PVC 2009-2016 está diretamente dependente do aumento na movimentação de cargas, na fixação dos atuais clientes e na conquista de novos clientes e cargas pelo que a empresa deve responder atempadamente a estas súbitas mudanças de ritmo.

O ano de 2012 confirmou o crescimento das cargas para exportação iniciado no ano anterior e a recuperação da confiança dos nossos clientes tradicionais por força da manutenção dos fundos operacionais e do início da reabilitação dos equipamentos de elevação. Não obstante as dificuldades que a situação internacional, nos mercados financeiros, trouxe ao comércio marítimo que quase instantaneamente se ressentiu disso, o PVC beneficiou do facto de uma empresa com unidades fabris dentro do seu perímetro de jurisdição ter iniciado um plano de exportações que diz querer continuar nos próximos semestres. Entretanto a Euronete, que tinha fechado contrato com a APVC em finais de 2011, viu a sua instalação industrial entrar em laboração, após testes técnicos, na data aprazada, em 1 de Outubro de 2012. Esta empresa posiciona-se como exportadora de toda a sua produção (cabos de amarração de plataformas de exploração petrolífera) e vai fazer aumentar a cota de exportação na balança de import/export do porto de Viana do Castelo.

Em 2012, 55% das mercadorias movimentadas no porto de Viana do Castelo destinaram-se à exportação.

Tomando como elemento de análise a avaliação da situação económico-financeira da APVC feita por entidade independente no âmbito da constituição da empresa, as projeções que efetuaram para o primeiro quadriénio revelaram-se escassas tendo a empresa gerado suficientes benefícios económicos para cobrir as suas despesas operacionais correntes.

A movimentação comercial verificada durante o ano de 2012 e as constantes melhorias que a empresa tem vindo a conseguir no campo da gestão dominial permitiram fechar o ano com números positivos ainda que ajudados pelos subsídios à exploração concedidos pela administração central e aplicados, sobretudo, na acessibilidade marítima e no programa de recuperação de equipamentos de elevação.

A empresa prevê que se volte a verificar, durante o ano de 2013 um crescimento na movimentação comercial ao mesmo ritmo do que aquele que se verificou por todo o ano de 2012 (5%), promovendo a crescente sustentabilidade da empresa e na continuidade dos subsídios à exploração concedidos pela administração central em especial no esforço de manutenção da acessibilidade marítima.

Vai prosseguir, durante o ano de 2013, o movimento exportador do porto comercial sustentado pelas duas principais empresas exportadoras dentro do seu *hinterland* entretanto já robustecido pelo novo cliente, como já referido, instalado dentro da área de expansão portuária e que se espera inicie a exportação dos seus produtos, através do PVC, no primeiro semestre de 2013.

2. A EMPRESA EM 2012

Durante o ano de 2012 a APVC manteve e desenvolveu um conjunto de atividades que lhe permitiram chegar ao final do ano com:

- Um desenvolvimento empresarial definido a partir da sua missão e objetivos estratégicos;
- A acessibilidade marítima mantida e a garantir boas condições de segurança;
- Um conjunto de investimentos estruturados para o futuro próximo;
- A entrada em funcionamento da comunidade portuária de Viana do Castelo;
- A construção de uma nova imagem que está a ser percecionada pelo mercado.

Desde do ano de 2010 que a missão do Porto de Viana do Castelo (PVC) está assim definida:

“Servir os seus clientes e tráfegos existentes, criando as melhores condições para o serviço prestado, que facilitem a recuperação e a captação de novas cargas, assim como as condições de localização de atividades económicas de forma integrada e sustentável”

Apesar de um âmbito alargado, fica claro que a finalidade do porto de Viana do Castelo será a de se concentrar nas cadeias logísticas dos clientes que hoje serve, procurando aumentar a sua relevância nessas cadeias logísticas e ser um fator de atração e localização de novas atividades económicas.

Ajustaram-se os objetivos gerais de desenvolvimento do porto de Viana do Castelo que estão definidos segundo as seguintes seis linhas estratégicas:

- Crescimento do tráfego com base nos clientes atuais e na criação de condições de atração empresarial;
- Excelência na operacionalidade do porto, aumentando a capacidade de movimentação de cargas, melhorando os acessos marítimos e terrestres;
- Autossuficiência económica e viabilidade financeira da APVC, captando apoios nacionais e comunitários disponíveis para o investimento e reduzindo os custos correntes dissociados da operação;
- Motivação e envolvimento dos colaboradores da APVC;
- Desenvolvimento de uma política de baixos preços como fator competitivo;
- Integração na envolvente urbana, rentabilizando a exploração do património que constitui o domínio público marítimo (DPM).

Esta base estabeleceu os seguintes 12 objetivos para 2012:

- Aumentar a carga procurando atingir as 550.000 toneladas;
- Ter uma rentabilidade positiva, com um EBITDA positivo e resumindo o montante de investimentos ao PIDDAC obtido para o ano;
- Manter o calado nominal de projeto, incluindo o cais do Bugio;
- Prosseguir a recuperação dos equipamentos de elevação;
- Concessionar o novo porto de pesca;
- Realizar a concessão das marinas;
- Fortalecer a relação com a comunidade portuária;
- Aumentar as receitas fixas atraindo novas empresas e negócios;
- Melhorar, monitorizar e avaliar os serviços prestados pela APVC;
- Iniciar a construção do novo acesso rodoviário;
- Desenvolver uma política de comunicação e de proximidade com as comunidades locais e a imprensa;
- Desenvolver um modelo de gestão de maior proximidade.

Estes objetivos amarram o PVC ao dever de crescer e aumentar as suas receitas. Deverá fazê-lo, num primeiro momento, através da sua eficiência, da competitividade dos preços praticados, do apoio público para a globalidade dos investimentos necessários e da procura de receitas na gestão dominial. Posteriormente, a afirmação do porto passará pela conquista progressiva de uma autonomia e dimensão que lhe possibilite concessionar a operação portuária, aumentar a oferta infraestrutural e de

equipamentos e reforçar a relação com a cidade aproveitando o potencial de receitas que possam advir de uma gestão criteriosa dos espaços dominiais.

Foi com base nestes pressupostos que, no ano de 2012, para além de um conjunto alargado de decisões de gestão interna que visaram controlar com rigor o quotidiano da empresa, num quadro de crise económica que se tem vindo a adensar com o correr do tempo, se tomaram uma série de iniciativas com impacto nos serviços prestados pelo porto e na comunidade entre as quais:

- Execução das dragagens de manutenção necessárias ao restabelecimento das condições de segurança para a navegação;
- Recuperação e reabilitação dos dois primeiros guindastes ambos nos setores 1 e 2 dos cais comerciais dentro do programa de reabilitação integral de todos os equipamentos de elevação;
- Finalização da construção do novo porto de pesca, após algumas dificuldades, entretanto ultrapassadas pelo empreiteiro, na dragagem da boca de acesso à Doca da Lota situação que vai permitir lançar o processo de futura concessão do porto de pesca;
- Instalação do gerador de emergência na área internacional do PVC

Com estas intervenções, o PVC foi procurado por potenciais clientes, bem como a ser considerado um parceiro relevante para a cidade e para a comunidade interurbana.

Prosseguiu-se, a exemplo do ano anterior, com o seguimento mais próximo e sustentado dos nossos clientes conhecendo, com rigor, o seu grau de satisfação e de como evoluir e crescer, centrados na melhoria dos processos e no incremento da qualidade.

A edição das *newsletters* e o *site* da APVC são formas de contactar com o exterior que dão uma melhor imagem do porto de mar, bem como o esforço continuado de diálogo e parceria virtuosa com os nossos clientes atuais e potenciais.

Durante o segundo semestre do ano entrou em laboração uma unidade industrial dentro da área de expansão portuária que utilizará o PVC para a exportação de toda a sua produção.

3. ATIVIDADE PORTUÁRIA

Enquadramento

Durante o ano de 2012 o porto de Viana do Castelo consolidou o tipo de estrutura de tráfego, ou seja, passou a ser um porto maioritariamente exportador. Assim, as mercadorias exportadas, pelo porto de Viana do Castelo, registaram um aumento de 22%, relativamente ao verificado em 2011. Note-se que em 2011 as exportações representavam 65% do movimento global enquanto que em 2012 tiveram um peso de 75%. Este crescimento ficou a dever-se ao aumento das exportações de empresas instaladas no concelho de Viana do Castelo e no *hinterland* próximo.

Globalmente o porto de Viana do Castelo apresenta em 2012 um crescimento de cerca de 3% no movimento de mercadorias e de 4% no movimento de navios.

Movimento de Navios

No ano de 2012, escalaram o porto de Viana do Castelo 212 navios, número que representa um ligeiro acréscimo de 4% face ao ano de 2011. Relativamente à arqueação bruta (GT), registou-se uma diminuição de 6% face a 2011.

NAVIOS	2012		2011		VAR. % 12/11	
	N.º	GT	N.º	GT	N.º	GT
NACIONAIS	26	64.488	37	94.146	-29,7%	-31,5%
ESTRANGEIROS	186	785.104	166	808.011	12,0%	-2,8%
TOTAL	212	849.592	203	902.157	4,4%	-5,8%

Movimento de Mercadorias

O porto de Viana do Castelo movimentou em 2012 um total de 502.917 toneladas, o que representou um acréscimo de 2,5% face ao ano anterior.

RUBRICAS	2012	2011	VAR.% 12/11
Carga Geral Fraccionada	300.955	334.797	-10,1%
Carga Fraccionada	298.756	329.371	-9,3%
Carga Contentorizada	2.199	5.426	-59,5%
Granéis Sólidos	173.568	129.532	34,0%
Mineiros	72.128	39.764	81,4%
Outros	101.440	89.768	13,0%
Granéis Líquidos	28.394	26.164	8,5%
Outros	28.394	26.164	8,5%
Total	502.917	490.493	2,5%

Unid. Ton.

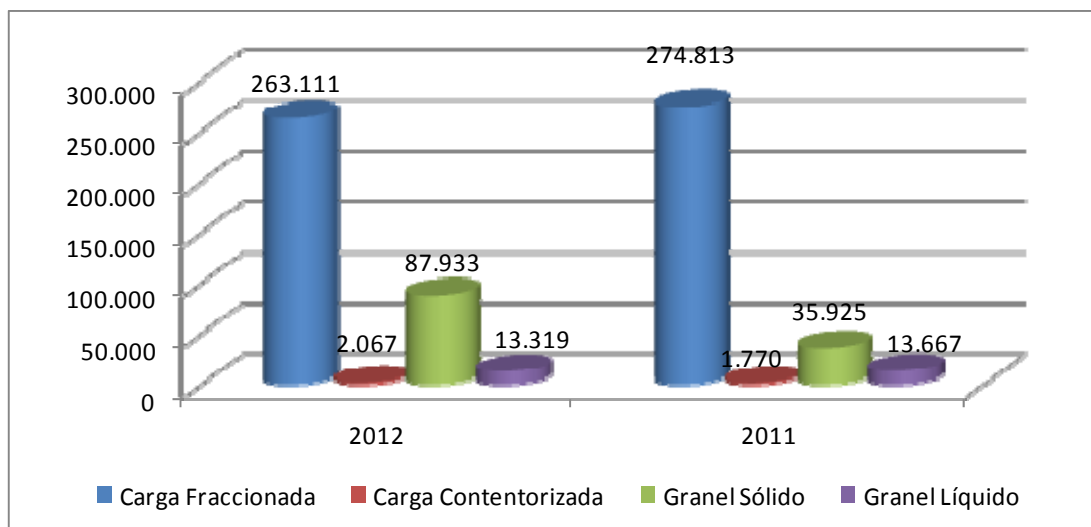
Comércio Externo do Porto de Viana do Castelo

O comércio internacional de Viana do Castelo atingiu 442.949 toneladas em 2012 tendo-se registado um crescimento de 6% face ao ano anterior, determinado pelo bom desempenho das exportações (mais 22%). No que respeita às importações apresentaram um decréscimo de aproximadamente 24%.

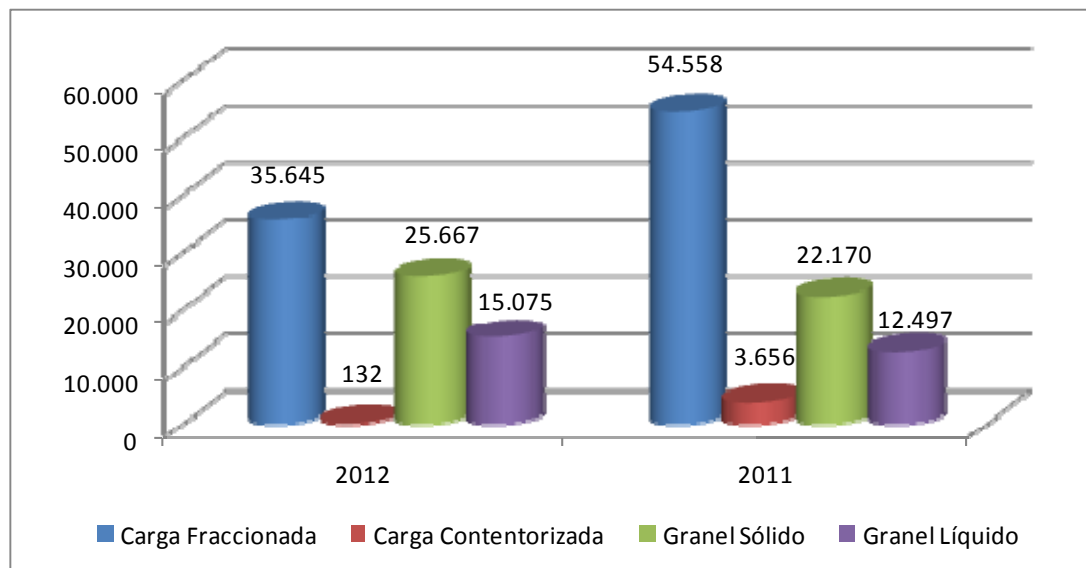
	2012	2011	VAR. % 11/10
IMPORTAÇÃO	112.587	147.284	-23,6%
EXPORTAÇÃO	330.362	271.772	21,6%
TOTAL	442.949	419.056	5,7%

No que concerne à evolução dos tráfegos intra e extracomunitários de Viana do Castelo, por tipos de carga, observe-se os gráficos seguintes:

TRÁFEGO PORTUÁRIO INTRACOMUNITÁRIO (TON)



TRÁFEGO PORTUÁRIO EXTRACOMUNITÁRIO (TON)



Em 2012, o contributo dos mercados intracomunitários para a estrutura do padrão do tráfego portuário internacional de Viana do Castelo apresentou um acréscimo face ao ano anterior (83% em 2012 face a 78% em 2011). Relativamente aos mercados extracomunitários aconteceu o inverso, pois no grau de importância registou-se um ligeiro decréscimo (17% em 2012 face a 22% em 2011).

Em 2012 assiste-se a um aumento do tráfego portuário com a União Europeia (mais 12%) motivado pelo forte crescimento verificado no movimento de granéis sólidos e na carga contentorizada. Por sua vez, na carga geral fracionada registou-se um ligeiro decréscimo de 4% bem como na movimentação de granéis líquidos em que se verificou uma diminuição de 2,5%. O peso das cargas neste segmento de tráfego, distribui-se da seguinte forma: 72% corresponde a carga geral fracionada, 24% a granéis sólidos, 4% a granéis líquidos e apenas 1% a carga contentorizada.

Quanto ao tráfego portuário com países terceiros, regista-se um decréscimo de 18%, induzido, essencialmente pela diminuição na movimentação de carga fracionada (-35%). Por sua vez registou-se um aumento da movimentação de granéis líquidos e sólidos, fixando-se os mesmos em 21% e 16%, respetivamente. O peso das cargas neste segmento de tráfego, distribui-se da seguinte forma: 47% corresponde a carga fracionada, 34% à movimentação de granéis sólidos e 20% a importações de granéis líquidos, do total de tráfego portuário com países terceiros.

De seguida, apresenta-se um quadro com os principais países, cujos portos assumiram maior relevância no tráfego portuário (carga/descarga) com Viana do Castelo:

MOVIMENTO DE MERCADORIAS

ORIGEM E DESTINO DO TRÁFEGO	2012	2011	VAR. % 12/11
ITALIA	94.878	54.835	73,0%
HOLANDA	87.879	68.454	28,4%
FRANÇA	63.808	86.562	-26,3%
ALEMANHA	54.683	54.649	0,1%
LITUANIA	22.203	5.631	294,3%
ESPAÑA	20.359	16.827	21,0%
CONGO REPÚBLICA DEM	13.638	24.316	-43,9%
EGIPTO	12.827	8.179	56,8%
TURQUIA	10.859	11.991	-9,4%
BELGICA	10.489	9	116444,4%
CAMARÕES	9.868	22.398	-55,9%
SUECIA	9.537	0	-
ANGOLA	8.929	8.959	-0,3%
ISRAEL	4.559	3.984	14,4%
MARROCOS	4.104	0	-
MAURITANIA	4.046	0	-
NORUEGA	2.500	2.177	14,8%
ESTONIA	2.380	0	-
NIGERIA	2.163	3.538	-38,9%
GAMBIA	2.100	0	-
BRASIL	926	205	351,7%
ROMENIA	214	39.208	-99,5%
OUTROS PAÍSES	0	7.134	-100,0%
COMÉRCIO EXTERNO	442.949	419.056	5,7%
CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOM	59.968	71.437	-16,1%
TOTAL	502.917	490.493	2,5%

Em 2012, os portos da Itália e da Holanda assumiram a liderança relativamente ao tráfego portuário com Viana do Castelo, 1.º e 2.º lugar, respetivamente. Por sua vez os portos da França desceram do 1.º lugar para o 3.º, ao passo que os portos da Alemanha conseguiram manter o 4.º lugar do ranking. Destaca-se os portos da Lituânia que entraram para o 5.º lugar, reflexo do início das exportações de equipamento eólico.

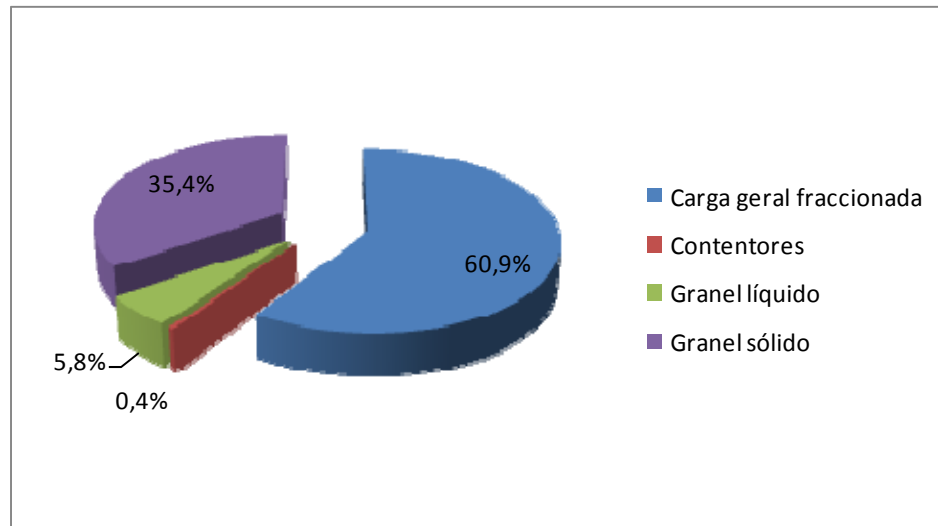
No que diz respeito aos principais portos de origem das mercadorias descarregadas no porto de Viana do Castelo, os portos de França, Itália, Alemanha, Congo e Camarões, mantiveram a sua posição preponderante.

No que concerne aos portos de destino das mercadorias, os portos da Holanda, Itália, Alemanha e França continuaram a ocupar uma posição preponderante no movimento de mercadorias carregadas no porto de Viana do Castelo. A única exceção prende-se, como já se mencionou, com a entrada para 5.º lugar dos portos da Lituânia.

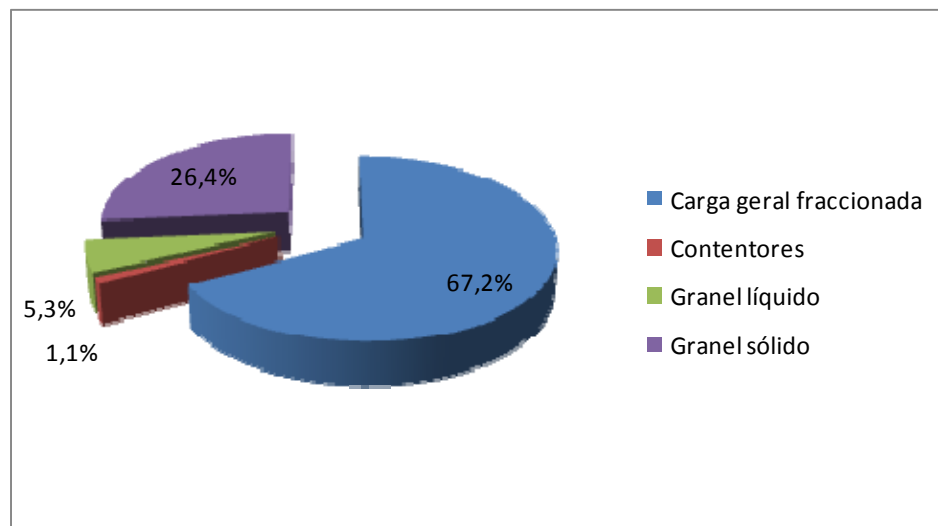
Analisando a movimentação global de mercadorias segundo tipo de acondicionamento de carga, podemos observar que em 2012, a distribuição por tipo de carga manteve-se sensivelmente igual face a 2011, ou seja, o peso da carga geral fracionada situou-se

entre os 61 e 67%, a carga contentorizada em cerca de 1%, os granéis líquidos nos 5% e, finalmente, os granéis sólidos entre os 35% e os 26%.

MOVIMENTO GLOBAL DE MERCADORIAS EM 2012



MOVIMENTO GLOBAL DE MERCADORIAS EM 2012



Carga Geral Fracionada

A carga geral fracionada registou em 2012, um decréscimo de 30.615 toneladas face ao ano transato, tendo-se movimentado um total de 298.756 toneladas.

O quadro seguinte apresenta a evolução das mercadorias mais relevantes em termos de movimentação neste segmento de carga.

MERCADORIAS	2012	2011	VAR. % 12/11
Papel	143.264	127.999	11,9%
Equipamento eólico	70.844	75.566	-6,2%
Madeira e toros	67.567	113.297	-40,4%
Aço / Ferro	16.740	11.863	41,1%
Mercadoria diversa	341	646	-47,2%
TOTAL	298.756	329.371	-9,3%

Unid. Ton.

Neste segmento de carga, o papel, o equipamento eólico e a madeira/toros continuam a ser, em 2012, as mercadorias com maior expressão. O principal destaque vai para o papel, cujo movimento em 2011 rondou as 128 mil toneladas e que no ano em análise apresentou um crescimento de mais 15.265 toneladas, traduzindo um aumento de 11,9%. Realce também para o aço que apresentou um crescimento de 41%, face ao ano anterior.

Verifica-se ainda que as duas principais cargas movimentadas, papel e equipamento eólico, representam 72% do tráfego movimentado neste segmento de carga.

Granéis Sólidos

O Porto de Viana do Castelo movimentou 173.568 toneladas de granéis sólidos em 2012, contabilizando um crescimento de 44.036 toneladas em relação ao ano anterior.

No quadro seguinte pode-se observar a evolução dos principais granéis sólidos movimentados.

MERCADORIAS	2012	2011	VAR. % 12/11
Caulino	72.128	39.663	81,9%
Cimento	59.968	71.437	-16,1%
Cinzas	16.645	16.331	1,9%
Adubos compostos	13.282	2.000	564,1%
Pellets	10.450	0	-
Mercadoria diversa	1.095	101	984,2%
TOTAL	173.568	129.532	34,0%

Unid. Ton.

Nos granéis sólidos verificou-se um forte aumento em todas as mercadorias, com exceção dos cimentos. O decréscimo desta mercadoria mostrou-se insuficiente para fazer face à subida de 44.036 toneladas originada pelas restantes naturezas de carga,

em especial do caulino e, dos adubos. O cimento apesar de ter caído 16%, ainda assim continua a ocupar o segundo lugar no movimento dentro deste segmento de carga. De realçar o movimento de um novo tipo de carga, as *pellets*, as quais se destinam à exportação para empresas situadas na Bélgica.

Granéis Líquidos

O movimento de granéis líquidos no porto de Viana do Castelo registou, em 2012, um crescimento de aproximadamente 9% face ao ano anterior.

MERCADORIAS	2012	2011	VAR. % 12/11
Asfalto a granel	28.394	26.164	8,5%
TOTAL	28.394	26.164	8,5%

Unid. Ton.

Porto Industrial, concessão dos ENVC, S.A.

Em 2012 o movimento de navios nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, referente a navios que escalaram o porto para reparação, registou um desvio negativo de 24% face ao ano transato. Ao nível das manobras na bacia e cais dedicados, o número das mesmas foi inferior em 29% face ao verificado em 2011.

	2012	2011	VAR. % 12/11
REPARAÇÕES			
N.º Navios	19	25	-24%
MANOBRAS			
Número	56	79	-29%

Docas de Recreio

Em 2012, as docas de recreio de Viana do Castelo registaram um ligeiro decréscimo de 2% em termos de movimento de embarcações passantes. No que concerne às embarcações permanentes verifica-se que o movimento foi idêntico face ao ano de 2011.

EMBARCAÇÕES	2012			2011			VAR. % 12/11
	LANCHAS	VELEIROS	TOTAL	LANCHAS	VELEIROS	TOTAL	
Passantes	18	588	606	7	611	618	-1,9%
Permanentes	1.548	204	1.752	1.548	204	1.752	0,0%

Distribuídos entre lanchas e veleiros, pelo porto de Viana do Castelo, passaram em 2012 um total de 606 embarcações. No que respeita ao movimento de embarcações permanentes, verifica-se que o mesmo se fixou em 1.752 embarcações.

4. RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2012, o quadro de pessoal da empresa era composto por um total de 46 pessoas, sendo 44 efetivos, 1 contratado a termo certo e um elemento adicional requisitado para o exercício do cargo de Diretor-Coordenador, sob a dependência hierárquica do Conselho de Administração.

Quadro de pessoal	2012	2011	Variação
Efetivos	44	45	-2,2%
Contratados a termo certo	1	2	-50,0%
Requisitados	1	1	0,0%
Ativos	46	48	-4,2%

O Conselho de Administração da APVC, S.A. é constituído, por inerência, pelos Administradores do seu acionista, a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., embora sem direito a qualquer remuneração adicional.

Durante o ano de 2012, o movimento no quadro de pessoal foi o seguinte:

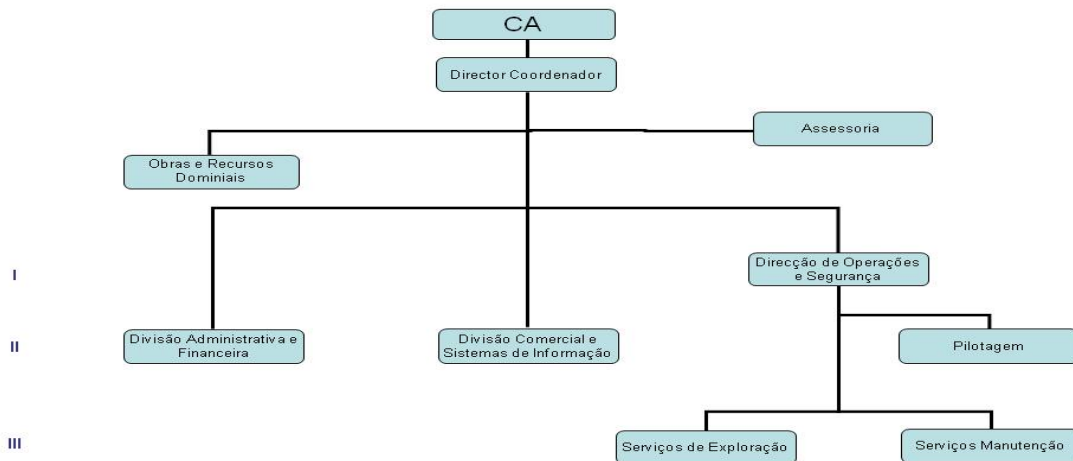
Movimento de pessoal	01.01.2012	Entradas	Saídas	31.12.2012
Efetivos	45	2	3	44
Contratados a termo certo	2	0	1	1
Requisitados	1	0	0	1
Ativos	48	2	4	46

Registaram-se as saídas de um dos dois pilotos ao serviço no porto de Viana do Castelo, por pedido de rescisão de contrato, de um mecânico e uma assistente administrativa, por aposentação, e de um operador de equipamento portuário, por caducidade do respetivo contrato de trabalho.

Por outro lado, procedeu-se à contratação para o quadro de pessoal de dois colaboradores (um piloto e um mecânico) com o objetivo de assegurar a continuidade das funções desempenhadas pelos elementos que saíram.

A estrutura orgânica da Empresa foi aprovada pelo conselho de administração em reunião de 12 de janeiro de 2009, tendo por referencial a criação de uma estrutura simples, com o menor número possível de cargos de chefia e escalões hierárquicos:

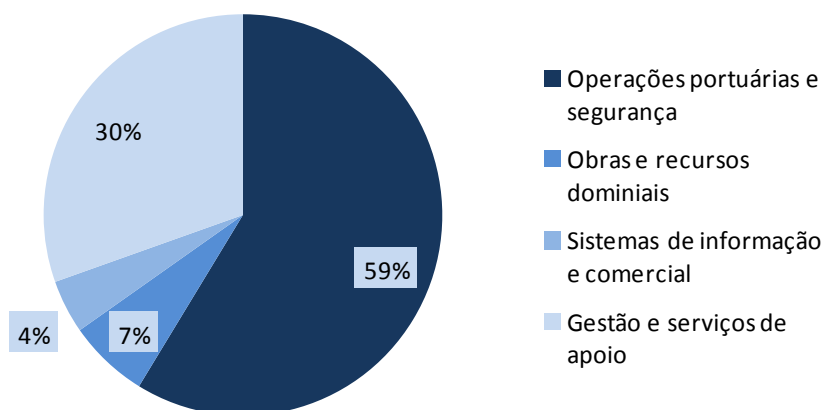
Administração do Porto de Viana do Castelo, SA



A afetação do pessoal por áreas é a seguinte:

Ativos por áreas operacionais	2012	2011	Variação
Operações portuárias e segurança	27	28	-3,6%
Obras e recursos dominiais	3	3	0,0%
Sistemas de informação e comercial	2	2	0,0%
Gestão e serviços de apoio	14	15	-6,7%
	46	48	-4,2%

Em termos percentuais, 59% dos ativos estão adstritos às áreas operacionais:



Os ativos por género são os seguintes:

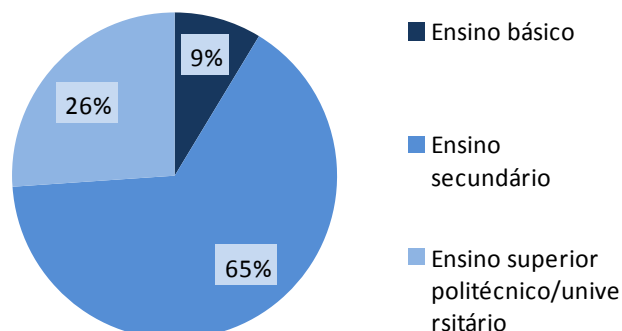
Ativos por género	2012	2011	Variação
Homens	37	38	-2,6%
Mulheres	9	10	-10,0%
	46	48	-4,2%

O regime de trabalho reflete a afetação dos recursos às diferentes áreas, nomeadamente a isenção de horário de trabalho para o pessoal afeto às áreas de exploração portuária.

Regime de trabalho	2012	2011	Variação
Horário normal fixo	14	15	-6,7%
Isenção de horário de trabalho	32	33	-3,0%
	46	48	-4,2%

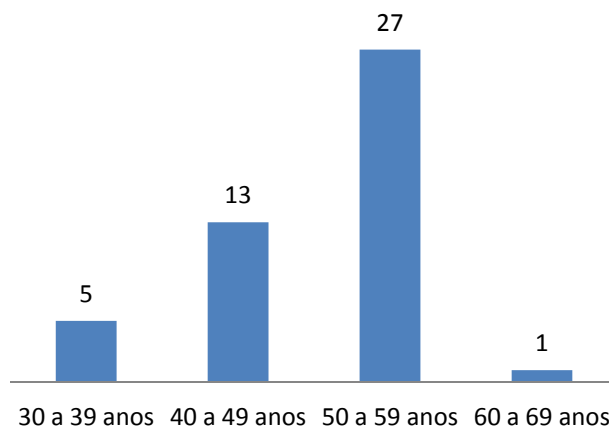
Em termos de habilitações académicas, a maioria dos trabalhadores possuem habilitações correspondentes ao ensino secundário. Adicionalmente, os trabalhadores das áreas operacionais possuem, nos casos em que isso se torna obrigatório, as habilitações profissionais necessárias para o exercício das respetivas funções.

Habilitações	2012	2011	Variação
Ensino básico	4	5	-20,0%
Ensino secundário	30	32	-6,3%
Ensino superior politécnico/universitário	12	11	9,1%
	46	48	-4,2%

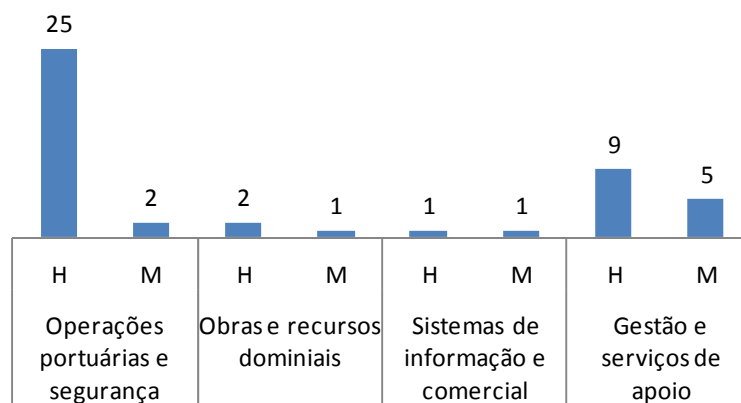


O nível etário médio é de 50 anos, encontrando-se assim distribuído:

Níveis etários	2012	%	2011	%	Acr.%
30 a 39 anos	5	10,9%	5	10,4%	0,0%
40 a 49 anos	13	28,3%	13	27,1%	0,0%
50 a 59 anos	27	58,7%	29	60,4%	-6,9%
60 a 69 anos	1	2,2%	1	2,1%	0,0%
	46	100,0%	48	100,0%	-4,2%



Distribuição por áreas e género



Gastos com o pessoal - Estrutura

Os gastos com pessoal estão indicados no seguinte quadro:

Estrutura de gastos com pessoal	2012	2011	Varição
Remunerações e encargos			
Remuneração dos corpos sociais (i)	11.034	10.768	2,5%
Remunerações certas e permanentes	1.013.674	1.110.227	-8,7%
Trabalho extraordinário	45.709	64.715	-29,4%
Subsídio de turno	111.998	91.306	22,7%
Subsídio IHT	130.898	135.702	-3,5%
Outras remunerações	120.943	151.475	-20,2%
Pensões	45.656	-	
Indemnizações	321.697	-	
Outros gastos com pessoal	24.318	30.603	-20,5%
Encargos sobre remunerações	242.721	271.620	-10,6%
	2.068.649	1.866.415	10,8%
Prestações sociais	1.378	1.900	-27,5%
Total...	2.070.027	1.868.316	10,8%

(i) Remuneração do Fiscal Único e senhas de presença

Os gastos com pessoal, no ano de 2012, refletem as várias disposições remuneratórias determinadas pela Lei do Orçamento de Estado para 2012 (reduções remuneratórias, proibição de valorizações remuneratórias e o congelamento da contagem do tempo de serviço para efeitos de progressões nas carreiras, entre outras) e ainda o acréscimo de encargos com os incentivos à aposentação juntamente com o pagamento numa única prestação de uma pensão por doença profissional.

Em termos de absentismo, foi registado em 2012 um total de 235 dias de faltas, representando uma diminuição de 47% relativamente a 2011. As faltas de 2011 foram muito negativamente influenciadas por uma situação de baixa prolongada por doença. Nas restantes tipologias de faltas registaram-se aumentos relativamente ao ano transato:

Número de faltas	2012	2011	Varição
Doença	88	393	-77,6%
Greve	39	26	50,0%
Outras	108	28	285,7%
	235	447	-47,4%

5. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

Na prossecução dos objetivos preconizados no Plano de Atividades de 2012 foram desenvolvidas diversas ações nomeadamente:

➤ **Semana Aberta do Porto de Viana do Castelo**

Decorreu com assinalável êxito a primeira Semana Aberta do Porto de Viana do Castelo, realizada para dar maior visibilidade à atividade do porto e assinalar o quarto ano de funcionamento desta administração portuária.

No âmbito desta iniciativa, destaca-se a visita de alunos de todos os agrupamentos de escolas do concelho de Viana do Castelo, durante a qual os estudantes se identificaram com todas as instalações e valências do porto.

Salienta-se também o encontro com a imprensa, com visita guiada ao porto para os jornalistas presentes. Esta iniciativa foi encerrada com um convívio, com a presença de representantes das empresas e das entidades que constituem a Comunidade Portuária de Viana do Castelo.

➤ **Sessão de apresentação do porto de Viana do Castelo**

A APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo e a CEVAL – Conselho Empresarial dos Vales do Lima e Minho realizaram uma sessão de apresentação do Porto de Viana do Castelo no CAE – Centro de Apoio às Empresas, em Vila Nova de Cerveira, dirigida às empresas exportadoras e importadoras da região.

Tratou-se de uma iniciativa conjunta, promovida com o objetivo de divulgar as potencialidades do porto e a sua importância para o desenvolvimento regional e para a competitividade do tecido empresarial existente na sua zona de influência.

➤ **Divulgação e promoção do porto**

Ao longo deste ano foram desenvolvidas diversas tarefas com vista à divulgação e promoção do porto, dando a conhecer as atividades da empresa e os serviços por ela prestados, nomeadamente a publicação da Newsletter.

6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

➤ **Implementação do *Helpdesk* da Janela Única Portuária**

Durante 2012 foi implementado um *Helpdesk* de 2.ª linha de assistência à Janela Única Portuária, para apoio aos clientes no preenchimento dos atos declarativos, com vista à resolução de problemas de software relacionados com a interligação das aplicações JUP e SDS.

➤ **Data Center da APVC**

Procedeu-se à instalação de um novo servidor de base de dados no sistema informático da APVC para resposta às necessidades atuais, designadamente no âmbito das atividades da Direção de Operações e Segurança e Recursos Humanos. Foi reformulado o sistema de cópias de segurança de modo a torná-lo mais fiável. Incrementou-se a capacidade do arquivo informático para dar resposta às atuais necessidades de armazenamento.

7. INVESTIMENTO

Em 2012 os investimentos totalizaram os 1.146 milhares de euros, de acordo com a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Descrição	Valor
Edifícios e outras construções	494.638
Equipamento básico	555.994
Equipamento administrativo	23.865
Outros ativos fixos tangíveis	185
Ativos intangíveis	9.190
Ativos fixos tangíveis em curso	62.399
	1.146.271

Deste valor, 1.141 milhares de euros de investimentos foram realizados através de verbas do PIDDAC e de cofinanciamento comunitário no âmbito do PROMAR.

As fontes de financiamento dos investimentos realizados em 2012 foram as seguintes:

(valores expressos em euros)

Descrição	Valor
Autofinanciamento	5.371
PIDDAC	631.921
PROMAR	508.979
	1.146.271

Dos investimentos realizados destacam-se os seguintes:

- a) Acesso rodoviário ao porto comercial em curso (48 milhares de euros em 2012), relativo a expropriações;
- b) Finalização do recondicionamento da frota de pesca – porto de pesca (446 milhares de euros em 2012), cuja empreitada de construção teve início em 2011 e atingiu um investimento total de 2.499 mil euros. Este projeto teve participação financeira aprovada no âmbito do PROMAR, a 75%, e do PIDDAC, pelos restantes 25%;
- c) Reapetrechamento da rede elétrica do armazém do porto comercial (26 milhares de euros);

- d) Gerador de emergência e edifício para instalação do equipamento (53 milhares de euros);
- e) Finalização da reconversão elétrica dos guindastes Mague n.ºs 5 e 6 (522 milhares de euros em 2012) e que representou um investimento total de 539 mil euros;
- f) Início do processo de reconversão elétrica dos guindastes Mague n.ºs 3 e 4 (15 milhares de euros em 2012).

8. IMPARIDADE

Pelo Decreto-Lei de constituição, transitaram para a APVC a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., afetos ou que diziam respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente viaturas, embarcações e demais equipamentos. Pelo mesmo artigo, ficaram também afetos à APVC todos os bens imóveis edificados pelo IPTM dentro da área do domínio público, ainda que sem descrição ou inscrição predial. Sobre a generalidade dos bens acima referidos foi efetuada uma avaliação patrimonial por entidades independentes, que teve por base o método do “Valor em Uso Continuado”, da qual resultou um valor de avaliação de 56.071 milhares de euros.

Foram ainda considerados os ativos destacados da esfera do IPTM, I.P. e não sujeitos a avaliação patrimonial, ao custo de aquisição, deduzido das depreciações entretanto registadas desde a sua aquisição. Estes ascendiam a 1.179 milhares de euros.

No decorrer do exercício de 2009, conforme preconizado no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de novembro, a APVC submeteu para aprovação a avaliação patrimonial aos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor dos transportes. Tal aprovação veio a ocorrer no decurso de 2010, através de despacho conjunto, no montante global de 57.250 milhares de euros.

Em 2009, e paralelamente ao reconhecimento e valorização do património da nova empresa, foi efetuada uma análise económico-financeira da APVC que revelou uma estrutura fortemente marcada pela diminuição do movimento portuário (com impacto direto nos proveitos gerados) e por uma estrutura de custos fixos muito elevada, cuja principal componente são os gastos com pessoal, notoriamente insuficiente enquanto geradora de resultados que contrabalançasse as elevadas depreciações, decorrentes dos ativos anteriormente referidos.

Neste cenário, em que a APVC não é capaz de gerar benefícios económicos futuros, e indo de encontro às melhores práticas contabilísticas, foi registada, no início de 2009, uma perda por imparidade pelo montante global do ativo reconhecido.

Decorrido o primeiro ano de atividade, com um mais profundo conhecimento da atividade do porto de Viana do Castelo e tendo por base o “Plano de Ação para a Modernização e Melhoria da Competitividade do Porto de Viana do Castelo, 2009-2016”, foi elaborado um novo estudo sobre as Demonstrações Financeiras Previsionais da APVC para o período 2010-2019. Esse estudo, com referência a 31 de dezembro de 2009, permitiu determinar o valor do negócio, cifrado em 1.625 milhares de euros, e, conseqüentemente, o registo de uma perda por imparidade no montante de 53.581 milhares de euros (cerca de 98%).

No ano de 2010 procedeu-se à elaboração de um novo estudo, reportado a 31 de dezembro de 2010, o qual, em face de um desempenho económico mais favorável do que o originalmente previsto, conduziu à estimativa de um valor de negócio superior, pelo que se registou uma reversão no valor das perdas por imparidade acumuladas. A essa data, o valor de negócio foi estimado em 2.721 milhares de euros, pelo que o valor das perdas por imparidade registadas com referência a essa data ascendia a 50.930 milhares de euros.

Em 2011, o estudo sobre as demonstrações financeiras previsionais da APVC para o período 2012-2021, reportado a 31 de dezembro de 2011, conduziu a um valor de negócio de 2.863 milhares de euros, pelo que o valor das perdas por imparidade registadas a 31 de dezembro de 2011 ascende a 51.225 milhares de euros.

Para o ano de 2012 foi estimado um montante idêntico ao do valor de negócio de 2011 (2.863 milhares de euros) colocando o valor das perdas por imparidade em 50.624 milhares de euros.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A APVC encerrou o ano de 2012 com um prejuízo contabilístico de 323 milhares de euros, fortemente condicionado pela ocorrência dos seguintes factos:

- (1) Constituição em imparidade dos créditos sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo (126 milhares de euros) relativos à renda pela ocupação de terrenos situados na área de jurisdição da APVC;

(2) Registo da estimativa de gastos com indemnizações a pagar ao pessoal relativos ao processo de incentivo à aposentação antecipada de nove trabalhadores da APVC pelo montante total de 322 milhares de euros;

(3) Pagamento integral único de uma pensão por doença profissional a um trabalhador que se aposentou em 2012 acarretando um gasto de 46 mil euros.

Os resultados operacionais cifraram-se em -331 mil euros, correspondendo a uma diminuição de 311% relativamente a 2011.

(valores expressos em euros)

Resultados Operacionais	2012	2011	Varição
1. RENDIMENTOS OPERACIONAIS			
Vendas	9.341	144	6385,4%
Prestações de serviços	2.786.180	2.844.174	-2,0%
Subsídios à exploração	219.372	115.755	89,5%
Outros rendimentos e ganhos	1.185.299	2.331.340	-49,2%
TOTAL 1...	4.200.192	5.291.412	-20,6%
2. GASTOS OPERACIONAIS			
CMVMC	(13.281)	(29)	46499,0%
Fornecimentos e serviços externos	(921.383)	(778.759)	18,3%
Gastos com o pessoal	(2.070.027)	(1.868.316)	10,8%
Outros gastos e perdas	(350.437)	(137.670)	154,5%
TOTAL 2...	(3.355.128)	(2.784.773)	20,5%
3. EBITDA	845.064	2.506.639	-66,3%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>30,2%</i>	<i>88,1%</i>	
EBITDA AJUSTADO (i)	(323.389)	258.370	-225,2%
4. Reversões	1.656.616	1.815.411	-8,7%
5. Amortizações, depreciações, perdas por imparidade e provisões	(2.832.316)	(4.165.621)	-32,0%
6. RESULTADOS OPERACIONAIS (EBIT)	(330.636)	156.429	-311,4%
<i>Margem EBIT</i>	<i>-11,8%</i>	<i>5,5%</i>	
7. Resultados financeiros	14.662	80.129	-81,7%
8. RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(315.974)	236.558	-233,6%
9. Imposto sobre o rendimento	(6.540)	(3.074)	112,8%
8. RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(322.514)	233.484	-238,1%

(i) EBITDA Ajustado = EBITDA - Imputação de subsídios ao investimento

Verificaram-se acréscimos assinaláveis nas componentes de "Subsídios à exploração" e "Fornecimentos e serviços externos", relacionados com o maior volume de dragagens efetuadas (219 mil euros em 2012 enquanto que no ano de 2011 representaram gastos de 112 milhares de euros).

Dado o avultado montante normalmente envolvido, a par da insuficiente capacidade económico-financeira da APVC para gerar meios financeiros líquidos internos suficientes poder fazer face a gastos dessa natureza, regista-se que para a realização de dragagens de manutenção torna-se absolutamente necessário que o Estado, através de verbas do PIDDAC, as financie na totalidade, pelo que, em condições tidas por normais,

os gastos com dragagens, cobertas através de subsídios à exploração, terão um efeito financeiro neutro nas contas anuais da APVC.

A rubrica de gastos com pessoal também regista um acréscimo significativo (mais 11% em relação ao ano de 2011) tendo por razões subjacentes as atrás mencionadas: sistema de incentivo à aposentação antecipada e pagamento de pensão por doença profissional.

O conjunto das vendas e prestações de serviços em 2012, de 2.796 milhares de euros, registaram uma diminuição face ao ano transato de 1,7%.

No último trimestre de 2012 assistiu-se ao fecho do posto de abastecimento de combustíveis por reforma do operador que o explorava e a APVC, de modo a assegurar a continuidade desse serviço aos operadores e agentes portuários e aos vários setores da Empresa, assumiu a sua reativação. Esse facto justifica o enorme crescimento de valor entre as vendas de 2011 e de 2012 de mais de 9 mil euros.

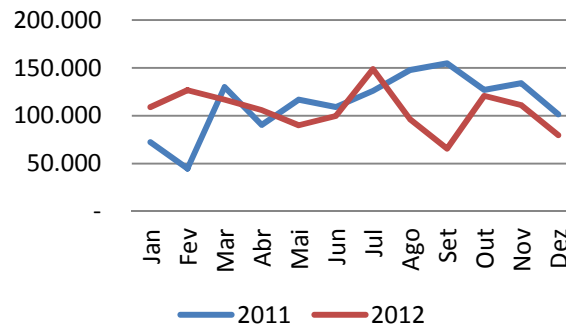
As prestações de serviços viram-se reduzidas em 2,0% relativamente ao ano de 2011.

(valores expressos em euros)

Prestações de serviços	2012	2011	Varição
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO			
TUP Navio	305.525	341.400	-10,5%
Serviços de pilotagem	232.475	241.688	-3,8%
Serviço de amarração	66.933	63.752	5,0%
Outros	40.398	42.804	-5,6%
	645.331	689.643	-6,4%
SERVIÇOS PRESTADOS À MERCADORIA			
TUP Carga	274.018	272.208	0,7%
Armazenagem	81.102	82.243	-1,4%
Uso de equipamento terrestre	223.979	265.434	-15,6%
Outros	46.506	45.777	1,6%
	625.606	665.662	-6,0%
Concessões e usos dominiais	1.237.179	1.211.791	2,1%
Fornecimentos e serviços diversos	278.065	277.078	0,4%
TOTAL...	2.786.180	2.844.174	-2,0%

Esse decréscimo afetou grande parte dos serviços portuários ao navio e à mercadoria e deveu-se ao desempenho dos últimos cinco meses de 2012 em que o valor desses rendimentos foi inferior ao registado em 2011.

Serviços Portuários (Navio + Mercadoria) (evolução mensal)



As rubricas «TUP Navio» e «Pilotagem» foram afetadas pela baixa na movimentação de navios nos estaleiros navais.

Por outro lado, a rubrica «Equipamentos Terrestres» também registou uma diminuição de 16% face a 2011 que se deve ao aumento na carga total do peso da componente das pás e torres eólicas que não envolve a utilização de guindastes da APVC e, também, a alterações na estrutura das mercadorias movimentadas no porto comercial em que, no ano de 2011, se verificou um maior predomínio da carga fracionada implicando um maior utilização desse equipamento.

Verificou-se um aumento nas rubricas de «Concessões e Usos Dominiais» sendo de destacar, com início em outubro de 2012, a concessão de utilização privativa de uma parcela de terreno à firma Lankhorst Euronet para instalação de uma unidade fabril destinada à produção de cabos para amarração de plataformas petrolíferas.

Durante o exercício de 2012, procedeu-se a um controlo criterioso dos gastos tendo por referencial o orçamento estabelecido para o ano e as orientações definidas para o Setor Empresarial do Estado. No entanto, registaram-se acréscimos em algumas componentes que refletem não só gastos relacionados com aumentos parcelares na atividade operacional mas, também, mudanças ao nível tarifário e de atualizações de preços.

Os fornecimentos e serviços externos registaram em 2012 um acréscimo de 18% relativamente ao ano transato muito influenciado pelos aumentos nas rubricas de «Dragagens», já atrás mencionado, e em «Vigilância e Segurança» devido à necessidade de contratação de um elemento adicional para a equipa de vigilância, em complemento ao contrato em vigor, com efeitos a partir de janeiro de 2012, permitindo, assim, fazer face às não conformidades detetadas no âmbito do processo de certificação da instalação portuária "terminal multiusos".

Também a rubrica «Trabalhos Especializados» revela um aumento que se prende com a realização de levantamentos hidrográficos associados às dragagens de modo a determinar os volumes necessários para assegurar a navegabilidade na barra e canal de acesso ao porto comercial.

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos	2012	2011	Variação
Electricidade	228.208	224.190	1,8%
Dragagens	219.372	112.005	95,9%
Conservação e reparação (excepto dragagens)	192.428	177.964	8,1%
Vigilância e segurança	84.311	64.311	31,1%
Água	57.561	62.281	-7,6%
Trabalhos especializados	26.170	23.571	11,0%
Seguros	25.418	27.814	-8,6%
Comunicação	22.146	29.735	-25,5%
Combustíveis	21.960	24.652	-10,9%
Outros fornecimentos e serviços externos	43.810	32.237	35,9%
TOTAL...	921.383	778.759	18,3%

Nos gastos com consumos de energia elétrica observa-se um aumento de 1,8% face ao ano de 2011; no entanto, deve ser referido que para esta rubrica (assim como também no que se refere aos consumo de água) existe contrapartida em termos de rendimentos por via do seu fornecimento às instalações e edifícios da APVC situadas na sua área de jurisdição e ocupadas por terceiros.

Em termos de situação patrimonial, apresentada no mapa da página seguinte, o valor do ativo líquido apresenta um acréscimo de 2,6% relativamente a 2011, devido, por um lado, ao aumento do saldo de IVA a recuperar como resultado dos investimentos efetuados com o reapetrechamento dos guindastes elétricos Mague e, por outro lado, o início da exploração por parte da APVC do posto de abastecimento de combustíveis para revenda.

Assinala-se que ao nível dos ativos fixos tangíveis não se registaram alterações, devido ao facto de o valor de negócio da Empresa se ter mantido nos 2.863 milhares de euros após a reavaliação anual das imparidades.

Verifica-se um aumento de 9,9% em termos de passivo corrente que se prende com a assunção da estimativa de indemnizações a pagar por conta do sistema de incentivo à aposentação antecipada, registada em «Outras Contas a Pagar».

(valores expressos em euros)

SITUAÇÃO PATRIMONIAL	2012		2011		Variação
	Euros	%	Euros	%	
ATIVO NÃO CORRENTE	2.863.000	40,9%	2.863.743	41,9%	0,0%
Ativos fixos tangíveis	2.863.000	40,9%	2.863.743	41,9%	0,0%
ATIVO CORRENTE	4.144.351	59,1%	3.964.138	58,1%	4,5%
Inventários	11.289	0,2%	-	0,0%	
Clientes	267.811	3,8%	380.562	5,6%	-29,6%
Estados e outros entes públicos	218.669	3,1%	102.695	1,5%	112,9%
Outras contas a receber	483.558	6,9%	456.012	6,7%	6,0%
Caixa e depósitos bancários	3.159.208	45,1%	2.945.985	43,1%	7,2%
Outros ativos correntes	3.815	0,1%	78.883	1,2%	-95,2%
TOTAL DO ATIVO	7.007.351	100,0%	6.827.881	100,0%	2,6%
CAPITAL PRÓPRIO	5.305.210	75,7%	5.314.617	77,8%	-0,2%
PASSIVO NÃO CORRENTE	741.211	10,6%	638.665	9,4%	16,1%
PASSIVO CORRENTE	960.930	13,7%	874.599	12,8%	9,9%
Fornecedores	61.981	0,9%	62.291	0,9%	-0,5%
Estado e outros entes públicos	61.952	0,9%	61.368	0,9%	1,0%
Outras contas a pagar	615.825	8,8%	348.909	5,1%	76,5%
Outros passivos correntes	221.172	3,2%	402.031	5,9%	-45,0%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	7.007.351	100,0%	6.827.881	100,0%	2,6%

Indicadores económico-financeiros

	2012	2011	VARIAÇÃO
INDICADORES DE EFICIÊNCIA			
GASTOS OPERACIONAIS / EBITDA	3,97	1,11	257,4%
GASTOS COM PESSOAL / EBITDA	2,45	0,75	228,6%
INDICADORES DE COMPORTABILIDADE DE INVESTIMENTOS E CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO			
DÍVIDA / CAPITAL PRÓPRIO	0,18	0,16	10,1%
AUTONOMIA FINANCEIRA (CAPITAL PRÓPRIO / ACTIVO TOTAL)	0,76	0,78	-2,7%
SOLVABILIDADE (CAPITAL PRÓPRIO / PASSIVO TOTAL)	3,12	3,51	-11,3%
LIQUIDEZ (ATIVO CORRENTE / PASSIVO CORRENTE)	4,31	4,53	-4,8%
PRAZOS MÉDIOS			
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (RCM 34/2008)	21	27	-22,2%
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS	66	49	34,7%
INDICADORES DE RENTABILIDADE E CRESCIMENTO			
MARGEM EBITDA	0,30	0,88	-65,7%
MARGEM EBIT	-0,12	0,05	-315,8%
INDICADORES DE REMUNERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO			
RESULTADO LÍQUIDO / CAPITAL INVESTIDO	-0,05	0,03	-266,7%
RESULTADO LÍQUIDO / CAPITAIS PRÓPRIOS	-0,06	0,04	-252,0%

10. ÓRGÃOS DE GESTÃO

A APVC dispõe dos seguintes órgãos de gestão:

- A Assembleia-geral, presidida pelo Município de Viana do Castelo representado pelo Presidente da Câmara Municipal e secretariada pela Dra. Maria da Graça Lima Campos Gouveia Neves Miranda Lopes.
- O Conselho de Administração, que em função do Decreto-Lei que criou a empresa é o mesmo da Administração dos Portos do Douro e Leixões, presidido pelo Eng.º João Pedro Soeiro de Matos Fernandes e tendo como vogais o Eng.º Emílio Fernando Brògueira Dias e o Dr. Amadeu Ferreira Rocha. A partir de 01 de Junho de 2012, o vogal Eng.º Emílio Fernando Brògueira Dias assumiu as funções de presidente em virtude do presidente anterior ter renunciado ao cargo.
- O Fiscal Único é a PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José Pereira Alves, ROC, tendo como suplente José Manuel Henriques Bernardo.

11. GESTÃO DE RISCO

Os mecanismos de gestão do risco na APVC, que agora completa o seu terceiro ano como empresa, estão ainda em fase de reavaliação.

Os riscos principais podem descrever-se da seguinte forma:

1. Um número reduzido de clientes que é responsável por uma importante parcela da carga facta que obriga a um acompanhamento muito próximo dos clientes para evitar o risco de perda;
2. Uma localização num espaço com grande valia ambiental – obriga a uma gestão cuidada da margem direita em proximidade com a autarquia e ao respeito das regras e legislação ambiental no setor comercial do porto;
3. Uma concorrência portuária forte com as tarifas da APVC a serem aprovadas pelo regulador pelo que se confia que, em relação aos portos nacionais, a justiça das tarifas praticadas seja avaliada em conjunto com as dos restantes portos;
4. Uma atividade com riscos operacionais que faz com que a empresa disponha de normas de Segurança Marítima e Portuária e de Plano de Proteção das Instalações

Portuárias no âmbito do cumprimento do código ISPS (*International Ship and Security Code*).

12. PERSPETIVAS FUTURAS

As perspetivas para o ano de 2013 são as de continuar e consolidar a recuperação da carga no porto de Viana do Castelo, tendência que acreditamos se prolongará pelos anos seguintes.

Os valores considerados em orçamento, e que se reproduzem, são conservadores e têm em linha de conta os contactos comerciais havidos com os nossos principais clientes e os volumes efetivamente registados ao longo do ano de 2012. O ambiente de crise e de recessão económica que o país atravessa prevê-se que venha a ter impacto no movimento comercial do porto de Viana do Castelo sobretudo ao nível das importações pelo que será sobretudo no domínio das exportações que prevemos venha a registar-se um incremento, em relação ao ano anterior, capaz de assegurar o crescimento global que temos registado no nosso plano de investimentos e orçamento para 2013.

MOVIMENTO	2012 (Real)	2013 (Previsão)	2014 (Previsão)	2015 (Previsão)
Navios				
Número	212	244	256	269
Arqueação Bruta (GT)	849.592	928.044	974.446	1.023.169
Mercadoria				
Geral fraccionada	298.756	275.400	300.186	327.203
Granéis sólidos	173.568	209.000	227.810	248.313
Granéis líquidos	28.394	35.000	38.150	41.584
Contentores	3.199	2.600	2.834	3.089
Total (Toneladas)	503.917	522.000	568.980	620.189

Tendo-se gorado o contrato de concessão das Marinas e atrasado a finalização da construção do novo porto de pesca de Viana do Castelo o ano de 2013 ficará marcado, nestas duas valências, pela intervenção na marina de Jusante com uma ação de dragagem de manutenção imperiosa de acontecer dada o seu estado de assoreamento pondo em perigo a entrada e saída de embarcações e, quanto ao porto de pesca, na busca da negociação de sua concessão.

Entretanto, a previsão para as dragagens de manutenção que é sempre necessário acontecer para a regular manutenção das condições de acessibilidade marítima aos cais comerciais, é de 0,4 milhões de euros, pelo que é imprescindível continuar a assegurar e manter o apoio público (PIDDAC) para esta despesa nos próximos anos.

A Comunidade Portuária de Viana do Castelo presidida pelo prof. Doutor Daniel Bessa tem desenvolvido os seus trabalhos e dela se espera uma parceria virtuosa no desenvolvimento do negócio portuário e na afirmação do PVC nas cadeias logísticas dos seus principais clientes e territórios de influência.

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o previsto nos Estatutos da Sociedade, propõe-se a seguinte aplicação de resultados líquidos de 2012, no valor de -€322.513,76:

- 100% levados a resultados transitados, no montante de -€322.513,76.

Viana do Castelo, 20 de março de 2013

O Conselho de Administração,

Emílio Brògueira Dias

Amadeu Ferreira Rocha

Relatório
e Contas

2012

II – DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

Cap. II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2012	31.12.2011
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2.863.000	2.863.743
Ativos intangíveis	6	-	-
		2.863.000	2.863.743
Ativo corrente			
Inventários	7	11.289	350
Clientes	8	267.811	380.562
Estado e outros entes públicos	9	218.669	102.695
Acionistas/Sócios	10	-	49.336
Outras contas a receber	11	483.558	456.012
Diferimentos	12	3.815	29.197
Caixa e depósitos bancários	4	3.159.208	2.945.985
		4.144.351	3.964.138
Total do ATIVO		7.007.351	6.827.881
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	13	50.000	50.000
Reservas legais	14	10.677	10.677
Outras reservas	15	2.882.612	2.853.926
Resultados transitados	16	628.622	395.138
Outras variações no capital próprio	17	2.055.813	1.771.392
Resultado líquido do período	19	(322.514)	233.484
Total do Capital Próprio		5.305.210	5.314.617
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	20	-	-
Passivos por impostos diferidos	21	741.211	638.665
		741.211	638.665
Passivo corrente			
Fornecedores	22	61.981	62.291
Estado e outros entes públicos	9	61.952	61.368
Acionistas/Sócios	10	4.350	-
Outras contas a pagar	23	615.825	348.909
Diferimentos	12	216.822	402.031
		960.930	874.599
Total do Passivo		1.702.141	1.513.264
Total do Capital Próprio e do Passivo		7.007.351	6.827.881

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Unidade monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	+ 24	2.795.521	2.844.318
Subsídios à exploração	+ 12	219.372	115.755
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 7	(13.281)	(29)
Fornecimentos e serviços externos	- 25	(921.383)	(778.759)
Gastos com pessoal	- 26	(2.070.027)	(1.868.316)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+ 7	(112)	(312)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+ 8	(145.854)	(47.385)
Provisões (aumentos/reduções)	-/+ 20	-	7.513
Outros rendimentos e ganhos	+ 27	1.178.543	2.331.340
Outros gastos e perdas	- 28	(197.716)	(137.670)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	845.064	2.466.455
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 5, 6	(1.746.920)	(1.902.532)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+ 5, 6	571.220	(407.494)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	(330.636)	156.429
Juros e rendimentos similares obtidos	+ 29	14.880	80.129
Juros e gastos similares suportados	-	(218)	-
Resultado antes de impostos	=	(315.974)	236.558
Imposto sobre rendimento do período	-/+ 18	(6.540)	(3.074)
Resultado líquido do período	=	(322.514)	233.484

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2012	2011
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		2.983.254	3.001.490
Pagamentos a fornecedores		(1.148.074)	(1.259.607)
Pagamentos ao pessoal		(1.751.108)	(1.963.458)
Caixa gerada pelas operações		84.073	(221.575)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	(43.099)
Outros recebimentos/pagamentos		(119.749)	(461)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(35.676)	(265.135)
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(1.217.884)	(2.253.998)
Activos intangíveis		(11.304)	(3.579)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	17	1.471.479	2.259.771
Juros e rendimentos similares		6.608	130.354
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		248.899	132.548
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de Financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		213.223	(132.587)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2.945.986	3.078.572
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3.159.208	2.945.986

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	50.000	10.677	2.740.969	94.551	1.734.188	300.587	4.930.972
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do resultado líquido de 2010		-	-	-	300.587		(300.587)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	5 e 17	-	-	112.956	-	37.204	-	150.161
	2	-	-	112.956	300.587	37.204	(300.587)	150.161
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						233.484	233.484
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						383.645	383.645
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	5=1+2+3	50.000	10.677	2.853.926	395.138	1.771.392	233.484	5.314.617

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	6	50.000	10.677	2.853.926	395.138	1.771.392	233.484	5.314.617
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do resultado líquido de 2011		-	-	-	233.484		(233.484)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	5 e 17	-	-	28.686	-	284.421	-	313.107
	7	-	-	28.686	233.484	284.421	(233.484)	313.107
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						(322.514)	(322.514)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8						(9.407)	(9.407)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	10=6+7+8	50.000	10.677	2.882.612	628.622	2.055.813	(322.514)	5.305.210

Relatório
e Contas

2012

III – ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

Cap. III – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Introdução

A Administração do Porto de Viana do Castelo, S. A. (doravante designada de Empresa ou por APVC), é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, foi criada através do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de novembro, tendo o mesmo entrado em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

A Empresa foi constituída com um capital social de 50 milhares de euros, integralmente subscrito e realizado pela APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A. – abreviadamente designada por “APDL”.

A Empresa tem por objeto a administração do porto de Viana do Castelo, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

A Empresa tem competências para:

- a) Atribuição de usos privativos e definição da respetiva utilidade pública para efeitos de concessão, relativamente aos bens do domínio público que lhe estão afetos, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção de licença ou concessão;
- b) Licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- c) Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) Fixação das taxas a cobrar pela utilização, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- e) Exercer os poderes de autoridade do Estado quanto à liquidação e cobrança, voluntária e coerciva, de taxas que lhe sejam devidas nos termos da lei e, bem assim, dos rendimentos provenientes da sua atividade, sendo os créditos correspondentes equiparados aos créditos do Estado e constituindo título executivo as faturas, certidões de dívida ou títulos equivalentes;

- f) Proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- g) Uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização;
- h) Assegurar, de acordo com o regime legal aplicável, o exercício das atribuições em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição.

Pelo n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 211/2008 de 3 de novembro de 2008, transitaram para a APVC, S.A. a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. abreviadamente designado por IPTM, I.P. afetos ou que diziam respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente viaturas, embarcações e demais equipamentos, constantes da relação que constitui o anexo III ao decreto-lei mencionado, pelo n.º 2 do mesmo artigo ficam afetos à APVC, S.A. todos os bens imóveis edificados pelo IPTM, I.P. dentro da área do domínio público, definido pelo artigo n.º 7 do mesmo Decreto-Lei, ainda que sem descrição ou inscrição predial.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2013. É opinião do Conselho de Administração que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Administração do Porto de Viana do Castelo S.A., bem como a sua posição e performance financeiras, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2012. Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomado por base o princípio do custo histórico, exceto quanto aos ativos que transitaram do IPTM, I.P. referidos na Nota Introdutória (ver Nota 3.2).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações

correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.18

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Ativos adquiridos ou construídos por concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que revertam para a Administração Portuária no final dos respetivos contratos

As administrações portuárias acordaram a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração o parecer da CNC (Comissão de Normalização Contabilística), datado de 3 de Janeiro de 2012, a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das demonstrações financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subseqüente e objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias.

A política contabilística adotada é descrita nos parágrafos abaixo.

Reconhecimento

i. Registo contabilístico

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível será reconhecido na conta 445 – *Concessões – Bens a reverter* (esta conta poderá ser subdividida em 4451 – *Concessões – Bens a reverter em contratos de serviço público* e 4452 – *Concessões – Bens a reverter em contratos de usos privativos*) por contrapartida da conta 282 - *Rendimentos a reconhecer*.

No caso específico das infraestruturas portuárias, o ativo tangível será reconhecido em subconta apropriada da 432 – *Edifícios e outras construções* por contrapartida da conta 282 - *Rendimentos a reconhecer*.

O ativo deverá ser amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período imediatamente seguinte, para a conta 553 – *Reservas não distribuíveis – Concessões*.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 – *Concessões – Bens a reverter*. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 – *Reservas não distribuíveis – Concessões* será transferido para a conta 595 – *Outras variações no capital próprio – Concessões*.

ii. Mensuração

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

Divulgação em anexo

Dever-se-ão proceder às divulgações aplicáveis (ver parágrafos 117 a 119 da NCRF 6), com especial ênfase para:

- Descrição dos bens, contratos e direitos de reversão envolvidos;
- Os critérios de reconhecimento;
- Os critérios de mensuração inicial e subsequente;

- As vidas uteis e respetiva amortização/depreciação;
- As quantias brutas, amortizações/depreciações acumuladas.

Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 – *Edifícios e outras construções* por contrapartida de 78 - *Outros Rendimentos e Ganhos*.

Proceder-se-á ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

Entrada em vigor em 2012

A APVC procedeu a uma avaliação das concessões existentes na sua área de jurisdição tendo por objetivo determinar o interesse portuário de cada uma delas e, em consequência, a respetiva metodologia de relevação contabilística:

(1) Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.

Bens da concessão: Docas secas, cais de amarração, bacia de aprestamento, edifícios, 2 fábricas, terraplenos, infraestruturas e equipamentos fixos.

Data de início: 01.04.1981

Prazo: 50 anos

Avaliação: Os bens reverterão a favor do Estado no final do prazo da concessão. Por um lado, essa reversão para a APVC tem implícita a continuidade do atual

modelo de gestão do porto de Viana do Castelo. Por outro, os ENVC encontram-se atualmente em processo de privatização do qual não se conhecem os contornos definitivos, neles se incluindo a intenção do Estado no que se refere ao modelo de concessão existente. Acresce que as instalações dos estaleiros destinam-se à construção naval, objeto bem distinto do da APVC, a atividade de movimentação de navios e cargas no porto de Viana do Castelo, pelo que as instalações em causa, na falta da continuidade do negócio no término da concessão, terão de ser readaptadas para outros negócios portuários que a esta distância de tempo é difícil de prever quais serão.

Contabilização: Em face das incógnitas e opções futuras disponíveis entende-se que não estão reunidas as condições de manifesta relevância para o reconhecimento dos bens no património da APVC, optando-se pela sua divulgação no presente Anexo.

(2) SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.

Bens da concessão: Armazém e demais instalações e infraestruturas que constituem o terminal de receção, armazenagem e distribuição de cimento.

Data de início: 12.02.1990

Prazo: 5 anos (renovável por iguais períodos)

Avaliação: Dadas as características dos bens existentes no âmbito desta concessão, a sua reversão para a APVC só terá interesse e valor económico em caso de continuidade do negócio (a sua utilização para outros fins será praticamente nula exceto se, eventualmente, a APVC incorrer em gastos elevados para a sua adaptação). Adicionalmente, a APVC pode (nos termos da licença em vigor) não optar pela reversão das instalações, devendo, em tal caso, serem as mesmas removidas ou demolidas. A decisão dependerá de fatores que atualmente a APVC não pode controlar, nomeadamente e a título de exemplo:

- a) Existência ou não de potenciais interessados na continuidade do negócio;
- b) Existência de áreas de negócio e/ou expansão mais interessantes para o porto de Viana do Castelo.

Contabilização: Em face das incógnitas e opções futuras disponíveis entende-se que não estão reunidas as condições de manifesta relevância para o reconhecimento dos bens no património da APVC, optando-se pela sua divulgação no presente Anexo.

(3) Galp Comercialização Portugal, Lda.

Bens da concessão: Silos, instalações de apoio, equipamentos fixos e infraestruturas que constituem o terminal de receção, armazenamento, ensacamento e comercialização de asfaltos.

Data de início: 08.10.1997

Prazo: 25 anos

Avaliação: Dadas as características dos bens existentes no âmbito desta concessão, a sua reversão para a APVC só terá interesse e valor económico em caso de continuidade do negócio (a sua utilização para outros fins será praticamente nula exceto se, eventualmente, a APVC incorrer em gastos elevados para a sua adaptação). Adicionalmente, a APVC pode (nos termos da licença em vigor) não optar pela reversão das instalações, devendo, em tal caso, serem as mesmas removidas ou demolidas. A decisão dependerá de fatores que atualmente a APVC não pode controlar, nomeadamente e a título de exemplo:

- a) Existência ou não de potenciais interessados na continuidade do negócio;
- b)) Existência de áreas de negócio e/ou expansão mais interessantes para o porto de Viana do Castelo.

Contabilização: Em face das incógnitas e opções futuras disponíveis entende-se que não estão reunidas as condições de manifesta relevância para o reconhecimento dos bens no património da APVC, optando-se pela sua divulgação no presente Anexo.

(4) Câmara Municipal de Viana do Castelo

Bens da concessão: Edifícios e armazéns de diversa natureza, infraestruturas e equipamentos fixos existentes no parque empresarial.

Data de início: 15.02.2001

Prazo: 30 anos

Avaliação: Sem interesse portuário, dado tratar-se de concessão de usos privativos não afetos à atividade portuária.

Contabilização: Não aplicável.

Através do seguinte quadro-resumo procede-se à divulgação dos ativos que, ao abrigo dos contratos de concessão, reverterem no final dos respetivos prazos para a APVC:

Designação da Empresa	Data de Início	Prazo	Bens da Concessão	Valor Líquido Contabilístico 2010 (milhares de euros)
Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	01.04.1981	50 anos	Docas secas, cais de amarração, bacia de aprestamento, edifícios, 2 fábricas, terraplenos, infraestruturas e equipamentos fixos	(i)
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	12.02.1990	5 anos (renovável por iguais períodos)	Armazém e demais instalações e infraestruturas que constituem o terminal de receção, armazenagem e distribuição de cimento	227,2
Câmara Municipal de Viana do Castelo	15.02.2001	30 anos	Edifícios e armazéns de diversa natureza, infraestruturas e equipamentos fixos existentes no parque empresarial	2.621,90
Galp Comercialização Portugal, Lda.	08.10.1997	25 anos	Silos, instalações de apoio, equipamentos fixos e infraestruturas que constituem o terminal de receção, armazenamento, ensacamento e comercialização de asfaltos	(i)

(i) Até à data da conclusão deste relatório não foi obtida resposta à informação solicitada.

Apesar de esta ser a política a adotar pela APVC no que se refere aos ativos adquiridos ou construídos por concessionários de serviços públicos e de uso privativo afetos à atividade portuária, que reverteram para a Administração Portuária no final dos respetivos contratos, o impacto da mesma no balanço da Empresa é residual. Conforme referido na nota 3.4, os ativos fixos tangíveis e intangíveis são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto de o valor pelo qual se encontram escriturados não ser totalmente recuperável.

Tendo em consideração a natureza das atividades desenvolvidas pela Empresa, com a natureza de serviço público, o valor recuperável dos ativos sujeitos a teste de imparidade corresponde ao seu valor de uso.

A imparidade apurada, por se tratar de uma imparidade do negócio é alocada, numa base prorrateada, pelo valor dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, por forma a que o valor líquido contabilístico de tais ativos seja reduzido ao valor do negócio apurado pelo referido estudo.

A contrapartida do registo de tais ativos no balanço da Empresa seria efetuada numa rubrica de proveitos diferidos que, em função da imparidade que se reconhecesse sobre os mesmos, daria lugar, também, a um rendimento equivalente ao valor da imparidade.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo, são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos / recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos / transações.

3.2 Ativos Fixos Tangíveis

A Empresa possui responsabilidades legais na gestão de bens do domínio público, contribuindo estes para o desenvolvimento dos objetivos sociais estatuídos pelo Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de novembro.

Os ativos fixos tangíveis integrados à data de constituição da Empresa (ver Introdução a este Anexo), foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2009, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os gastos incorridos com empréstimos

obtidos para a construção de ativos tangíveis, quando existam, são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os encargos correntes com a manutenção e reparação são registados como gasto no exercício em que decorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou das quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são incluídas no custo do ativo.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao valor da avaliação e/ou custo de aquisição, líquido das respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis objeto de avaliação patrimonial, são calculadas pelo método de quotas constantes, tendo em consideração o período de vida útil esperada atribuída na referida avaliação independente.

Para os bens adquiridos após a constituição da Empresa, a depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento, de acordo com as taxas situadas dentro dos intervalos especificados no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro (restantes bens), as quais se considera refletirem a vida útil esperada dos bens. Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
	Edifícios			
Vidas úteis	8 a 24	3 a 11	4	5
Taxas de depreciação	4,17% a 12,50%	9,09% a 33,33%	25,00%	20,00%
Métodos de depreciação	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Empresa, e as suas atribuições referidas na Nota introdutória, o

valor recuperável é determinado como o valor de uso dos ativos, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado dos ativos afetos às atividades desenvolvidas pela Empresa.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas na demonstração dos resultados.

3.3 Ativos Intangíveis

O custo de aquisição de *software* e correspondentes licenças é capitalizado, compreendendo todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (3 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção do *software* são reconhecidos como gastos quando incorridos.

3.4 Imparidade de ativos

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto de o valor pelo qual se encontram escriturados não ser totalmente recuperável.

Tendo em consideração a natureza das atividades desenvolvidas pela Empresa, com a natureza de serviço público, o valor recuperável dos ativos sujeitos a teste de imparidade corresponde ao seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). Uma perda por imparidade é reconhecida nas demonstrações financeiras pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável.

Em cada data de relato é avaliada a possível reversão e/ou reforço da perda por imparidade. Por se tratar de uma imparidade do negócio, a alocação da mesma é efetuada numa, base prorrata, pelo valor dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, da seguinte forma:

(i) Bens adquiridos pela Empresa após a data da constituição:

O reforço e/ou reversão da imparidade é registada em resultados.

(ii) Bens que transitaram da esfera do IPTM, e integrados na Empresa:

O reforço e/ou reversão da imparidade é registada em capitais próprios. Em termos jurídicos a “Reserva de Constituição” resultante da integração dos bens que transitaram do IPTM não é passível de distribuição, mas poderá ser utilizada para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, pelo que o registo das variações de imparidade dos ativos que lhe deram origem, são registados numa subconta desta rubrica.

O valor de uso dos ativos fixos tangíveis e intangíveis sujeitos a testes de imparidade é calculado com base em projeções de fluxos de caixa futuros, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 10 anos. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e refletem riscos específicos relacionados com os ativos da Empresa.

3.5 Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui os gastos para as colocar no seu estado atual. O critério valorimétrico das saídas de existências é o custo médio ponderado, com exceção dos combustíveis para revenda e autoconsumo (gasóleo e gasolina) cujas saídas são valorizadas pelo método do FIFO.

Sempre que o preço de mercado seja inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor das mercadorias, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

3.6 Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Ajustamento de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.7 Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes a caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, assim como os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes a caixa.

3.8 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.9 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.10 Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupo de sociedades, previsto no artigo 69.º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa ótica individual.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

3.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.12 Subsídios e apoios do Governo

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes apenas quando existir segurança que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base prorrata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.13 Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

3.14 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.15 Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de carácter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de caráter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

3.16 Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

3.17 Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 20 de março de 2013, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota Introdutória.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 33.

3.18 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

(i) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(ii) Ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

(iii) Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2012			31.12.2011		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	49.566	-	49.566	47.943	-	47.943
	Subtotais	49.566	-	49.566	47.943	-	47.943
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	1.009.642	-	1.009.642	2.898.042	-	2.898.042
	Outros depósitos bancários	2.100.000	-	2.100.000	-	-	-
	Subtotais	3.109.642	-	3.109.642	2.898.042	-	2.898.042
Totais		3.159.208	-	3.159.208	2.945.985	-	2.945.985

A rubrica de "Caixa e depósitos bancários" compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Não existem, em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, caixa e equivalentes de caixa não disponíveis para uso.

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis e nas respetivas depreciações e perdas por imparidade foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Activos fixos tangíveis		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Edifícios					
Em 01/01/2011	Quantias brutas escrituradas	55.806.578	1.753.419	139.050	186.664	65.133	57.950.843
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(53.143.635)	(1.701.633)	(137.217)	(184.786)	(61.829)	(55.229.100)
	Quantias líquidas escrituradas	2.662.943	51.785	1.833	1.878	3.304	2.721.743
Adições		1.750	10.950	8.467	4.986	2.310.006	2.336.160
Depreciações		(1.658.479)	(189.859)	(21.968)	(24.993)	-	(1.895.299)
Perdas por imparidade		1.685.112	171.701	12.866	19.030	(2.187.569)	(298.861)
Em 31/12/2011 (01/01/2012)	Quantias brutas escrituradas	55.808.328	1.764.369	147.517	191.650	2.375.139	60.287.003
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(53.117.001)	(1.719.791)	(146.319)	(190.749)	(2.249.399)	(57.423.260)
	Quantias líquidas escrituradas	2.691.327	44.577	1.198	901	125.741	2.863.743
Adições		3.545	33.842	23.865	185	1.075.644	1.137.081
Transferências		2.628.071	539.084	-	-	(3.167.155)	-
Depreciações		(1.577.198)	(139.674)	(16.231)	(5.366)	-	(1.738.468)
Perdas por imparidade		(968.578)	(409.437)	(7.210)	4.914	1.980.955	600.644
Em 31/12/2012	Quantias brutas escrituradas	58.439.944	2.337.295	171.382	191.835	283.628	61.424.084
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(55.662.777)	(2.268.903)	(169.760)	(191.201)	(268.444)	(58.561.084)
	Quantias líquidas escrituradas	2.777.167	68.392	1.622	634	15.184	2.863.000

Os ativos fixos tangíveis em curso, em 31 de dezembro de 2012, eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Descrição	Valor
Acesso rodoviário ao porto	269.010
Reacondicionamento dos guindastes elétricos Mague 3 e 4	14.618
	283.628

A generalidade dos edifícios e construções que integram o ativo fixo tangível foram edificadas em terrenos do domínio público do Estado afeto à APVC.

O peso relativo destes bens construídos em terrenos do domínio público, contabilizados na conta 432 – Edifícios e outras construções, é evidenciado no seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

	Valor
Valor bruto total	58.439.944
Valor bruto dos imóveis e instalações construídos em terrenos do Domínio Público	58.439.944

Por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, foi aprovada a avaliação patrimonial efetuada aos bens iniciais do ativo da Empresa, pelo valor total de €57.249.720, dos quais 57.204 milhares de euros relativos a ativos fixos tangíveis, consoante a seguinte discriminação:

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis	Valor inicial
Edifícios e outras construções	55.803.820
Equipamento básico	1.103.525
Equipamento administrativo	112.679
Outros ativos fixos tangíveis	184.067
	57.204.091

Estes bens encontram-se evidenciados no Balanço da Empresa a 31 de dezembro de 2012 e 2011, no ativo, na rubrica "Ativos fixos tangíveis", tendo sido registados por contrapartida da rubrica de capitais próprios "Outras reservas". Anualmente, o valor destes ativos é ajustado, em função do resultado dos testes de imparidade referidos abaixo.

Conforme referido nas Notas 3.2 e 3.4, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto de o valor pelo qual os mesmos se encontram escriturados não ser totalmente recuperável. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Empresa, com natureza de serviço público, o valor recuperável resultante dos testes de imparidade, corresponde ao valor de uso dos ativos. Assim, no final do exercício de 2009, em função dos testes realizados pela Empresa, baseados em projeções futuras de cash-flows, foi reconhecida uma perda por imparidade sobre os referidos ativos no montante de €53.581.059. No final do exercício de 2010, a perda por imparidade, em termos líquidos, foi revertida em €2.650.728 e no final do exercício de 2011 foi acrescida em €294.538. No exercício de 2012, após realização de novo estudo, a perda por imparidade, em termos líquidos, foi revertida em €600.649.

Por se tratar de uma imparidade do negócio, a alocação da mesma é efetuada numa, base prorrata, pelo valor dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, da seguinte forma:

- (i) Bens adquiridos pela Empresa após a data da constituição:
O reforço e/ou reversão da imparidade é registada em resultados.

(ii) Bens que transitaram da esfera do IPTM, e integrados na Empresa:

O reforço e/ou reversão da imparidade é registada em capitais próprios. Em termos jurídicos a “Reserva de Constituição” resultante da integração dos bens que transitaram do IPTM não é passível de distribuição, podendo ser, contudo, utilizada em aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, pelo que o registo das variações de imparidade dos ativos que lhe deram origem, são registados numa subconta desta rubrica.

Pelo facto de os estudos levados a cabo com vista à determinação do valor do negócio e, conseqüentemente, da imparidade a reconhecer sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis em uso pela Empresa ter levado em consideração (i) os investimentos em curso e a realizar a médio prazo e (ii) que a realização de tais investimentos só serão possíveis caso os mesmos venham a ser financiados por subsídios não reembolsáveis, a perda por imparidade encontra-se, também, a ser imputada aos ativos fixos tangíveis que no final de cada relato financeiro se encontram em curso. Assim durante os exercícios de 2012 e de 2011, os movimentos registados nas demonstrações financeiras da Empresa, relacionados com a imparidade sobre ativos fixos tangíveis e intangíveis, analisa-se como segue:

(valores expressos em euros)

	31.12.2010	Reforço - por resultados	Reversão - por resultados (i)	Reversão - por capitais próprios	31.12.2011
Activos transferidos do IPTM					
Tangível	50.225.773	-	(1.737.696)	(112.956)	48.375.121
Intangível	-	-	-	-	-
Activos adquiridos após a constituição da Empresa					
Tangível	692.035	2.212.482	(62.969)	-	2.841.548
Intangível	12.523	2.910	(7.233)	-	8.200
	50.930.331	2.215.392	(1.807.898)	(112.956)	51.224.869

(valores expressos em euros)

	31.12.2011	Reforço - por resultados	Reversão - por resultados (i)	Reversão - por capitais próprios	31.12.2012
Activos transferidos do IPTM					
Tangível	48.375.121	-	(1.541.446)	(29.429)	46.804.245
Intangível	-	-	-	-	-
Activos adquiridos após a constituição da Empresa					
Tangível	2.841.548	1.073.296	(105.976)	-	3.808.869
Intangível	8.200	12.100	(8.451)	-	11.849
	51.224.869	1.085.396	(1.655.873)	(29.429)	50.624.963

(i) A Empresa reverte, numa primeira fase, um valor de imparidade equivalente às depreciações registadas no exercício, tendo por base a taxa de imparidade apurada no exercício anterior.

Caso a Empresa não tivesse procedido ao reconhecimento de imparidade sobre os seus ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, o resultado líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 seria como segue:

(valores expressos em euros)

	2012	2011
Resultado líquido do exercício	(322.514)	233.484
Impacto do reconhecimento de imparidade:		
- Activos fixos tangíveis e intangíveis	(571.220)	407.494
- Subsídios ao investimento	(995.882)	(2.167.946)
Resultado líquido do exercício sem o efeito do reconhecimento de imparidade	(1.889.616)	(1.526.968)

6. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis e nas respetivas depreciações foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Activos intangíveis		Programas de computador	Propriedade industrial	Activos intangíveis em curso	Totais
			Marcas comerciais		
Em 31.12.2010 (01.01.2011)	Quantias brutas escrituradas	66.629	700	-	67.329
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(66.630)	(700)	-	(66.824)
	Quantias líquidas escrituradas	(0)	-	-	(0)
Adições		-	-	2.910	2.910
Amortizações		(6.999)	(233)	-	
Perdas por imparidade		6.999	233	(2.910)	4.323
Em 31.12.2011 (01.01.2012)	Quantias brutas escrituradas	66.629	700	2.910	70.239
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(66.630)	(700)	(2.910)	(70.240)
	Quantias líquidas escrituradas	(0)	-	-	(0)
Adições		12.100	-	(2.910)	9.190
Amortizações		(8.412)	(39)	-	(8.451)
Perdas por imparidade		(3.688)	39	2.910	(739)
Em 31.12.2012	Quantias brutas escrituradas	78.729	700	-	79.429
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(78.730)	(700)	-	(79.430)
	Quantias líquidas escrituradas	(0)	-	-	(0)

Como já foi referido na nota 6, foi aprovada por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a avaliação patrimonial efetuada aos bens iniciais do ativo da Empresa, pelo valor total de €57.249.720, cuja componente relativa a ativos intangíveis era a seguinte:

Ativos intangíveis	Valor inicial
Programas de computador	45.629

Estes bens encontram-se evidenciados no Balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011, no ativo, na rubrica "Ativos intangíveis" e em capital próprio na rubrica "Outras reservas", considerando as perdas por imparidade acumuladas.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários	31.12.2012			31.12.2011		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	11.289	-	11.289	662	(312)	350
Totais	11.289	-	11.289	662	(312)	350

8. Clientes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros: Clientes	31.12.2012			31.12.2011		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Clientes c/c	267.811	-	267.811	380.562	-	380.562
Clientes de cobrança duvidosa	239.805	(239.805)	-	93.951	(93.951)	-
Totais	507.616	(239.805)	267.811	474.513	(93.951)	380.562

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos na rubrica de imparidades acumuladas foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Ajustamentos de clientes	Clientes c/c	Clientes de cobrança duvidosa	Totais
Perdas por imparidade acumuladas em 01.01.2011	-	46.566	46.566
Reforços de perdas de imparidade não revertidas no período	-	47.385	47.385
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2011 (01.01.2012)	-	93.951	93.951
Reforços de perdas de imparidade não revertidas no período	-	145.854	145.854
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2011	-	239.805	239.805

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos devedores com o “Estado e outros entes públicos” eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Estado e outros entes públicos (saldos devedores)	31.12.2012	31.12.2011
	Quantias brutas	Quantias brutas
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	218.669	102.695
Totais	218.669	102.695

O saldo devedor de IVA tem origem na aquisição e construção de ativos fixos tangíveis que, pela sua magnitude, têm dado lugar a um excedente de IVA dedutível relativamente ao IVA liquidado no âmbito da atividade da Empresa.

Por outro lado, e às mesmas datas de reporte, os saldos credores tinham a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Estado e outros entes públicos (saldos credores)	31.12.2012	31.12.2011
	Quantias brutas	Quantias brutas
Retenção de impostos sobre rendimentos	28.321	27.267
Contribuições para a Segurança Social	33.631	34.101
Totais	61.952	61.368

10. Acionistas

O capital social da Empresa é detido a 100% pela APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., com sede em Leça da Palmeira. As contas da Empresa serão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da APDL, SA.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos com a APDL eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Transações com as partes relacionadas		Período 2012	Período 2011
		Accionistas / Sócios	Accionistas / Sócios
Empresa-mãe	APDL	(4.350)	49.336
Totais		(4.350)	49.336

Estes saldos têm origem nas retenções na fonte, em sede de IRC, de que a Empresa foi objeto, deduzidas do imposto corrente apurado no período, conforme o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Demonstração dos saldos devedores de Accionistas/Sócios	Período 2012	Período 2011
	Valor Bruto	Valor Bruto
IRC - Retenção na fonte	2.190	43.099
IRC - Imposto corrente	(6.540)	(3.074)
Totais	(4.350)	40.025

11. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Outras contas a receber	31.12.2012			31.12.2011		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Devedores por acréscimos de rendimentos	483.558	-	483.558	456.012	-	456.012
Totais	483.558	-	483.558	456.012	-	456.012

Estes saldos referem-se a rendimentos reconhecidos em cada um dos períodos, cuja receita só irá obter-se no período seguinte.

Parte significativa deste saldo refere-se a penalidades contratuais a aplicar, pelo facto das quantidades anuais movimentadas terem ficado abaixo dos mínimos estabelecidos contratualmente.

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresentava os seguintes saldos devedores:

(valores expressos em euros)

Diferimentos (saldos devedores)	31.12.2012	31.12.2011
	Quantias brutas	Quantias brutas
Gastos a reconhecer	3.815	29.197
Totais	3.815	29.197

Parte significativa dos gastos a reconhecer refere-se a prémios de seguros, o qual é pago antecipadamente.

Por outro lado, reportados às mesmas datas, os saldos credores eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Diferimentos (saldos credores)	31.12.2012	31.12.2011
	Quantias brutas	Quantias brutas
Subsídios à exploração	53.949	273.320
Receitas de licenças de exploração	106.905	82.331
Receitas da marina	55.968	46.380
Totais	216.822	402.031

Os subsídios à exploração referem-se à participação financeira do Estado na realização das dragagens de emergência e manutenção destinadas a assegurar as condições de navegabilidade na barra e canal de acesso ao porto de Viana do Castelo. Esses subsídios tiveram origem no PIDDAC (Cap. 50.º).

(valores expressos em euros)

Subsídios à exploração	Medida de incentivo			Subsídios 2012			Subsídios 2011			
	Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Recebidos	Aplicados	Saldo acumulado	Recebidos	Aplicados	Saldo acumulado	
Não reembolsáveis	PIDDAC	Proj. 6686	GPERI	Realização de dragagens	-	(109.686)	40.812	-	(56.002)	150.498
	IPTM	Protocolo	IPTM	Realização de dragagens e gastos conexos	-	(109.686)	13.137	-	(59.752)	122.823
Totais				-	(219.372)	53.949	-	(115.755)	273.320	

Os rendimentos a reconhecer incluem, também, (i) o rendimento resultante da atribuição de licenças na área de jurisdição do porto, as quais se encontram a ser geridas pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, ao abrigo do protocolo firmado com esta Entidade e (ii) o rendimento resultante dos utilizadores da marina de Viana do Castelo. A remuneração da generalidade das licenças e rendimentos da Marina é antecipada, pelo que o correspondente rendimento é diferido, sendo reconhecido em resultados de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

13. Capital social

Conforme estabelecido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de novembro, que criou a APVC, e no artigo 5.º dos Estatutos anexos ao referido diploma, o capital social foi fixado em €50.000, inteiramente subscrito e realizado pela APDL, constituído por 10.000 ações, com o valor nominal de €5 cada.

As ações são nominativas e revestem a forma escritural.

Entretanto, o Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 27 de abril de 2010, veio aprovar a avaliação patrimonial dos ativos fixos tangíveis da APVC e determinar que o aumento de capital da sociedade poderá, no limite, ser aumentado para 1,6 milhões de euros em resultado do teste da imparidade realizado no final do ano de 2009.

No entanto, a Empresa não promoverá o referido aumento de capital social sem obter parecer favorável ao Pedido de Informação Vinculativa feito à Direção Geral dos Impostos em 22.12.2010, que visa confirmar os entendimentos jurídico-tributários que a sociedade tem sobre a avaliação do seu património, a perda de imparidade e os subsídios ao investimento, nos termos que se seguem:

- (i) “A variação patrimonial positiva ocorrida na esfera da APVC, em 2009, decorrente do património do IPTM na sua esfera, no montante de €57.249.720,07, consubstancia-se numa entrada de capital feita pelo acionista – a APDL, no exercício da função acionista do Estado – enquadrável na alínea a) do referido n.º 1 do artigo 21.º do CIRC, e, portanto, não concorre para a formação do lucro tributável da APVC no exercício de 2009, nem tem qualquer implicação fiscal na esfera da APDL;
- (ii) A perda de imparidade relativa ao negócio registada pela APVC e sua posterior reversão não têm qualquer relevância fiscal na esfera da APVC;
- (iii) O valor a considerar para efeito do cálculo das depreciações / amortizações dos bens transferidos do IPTM para a APVC corresponde ao valor da avaliação aprovado pelo Despacho Conjunto (€57.249.720,07);
- (iv) O subsídio ao investimento será incluído (na sua totalidade) no lucro tributável da APVC, na proporção da depreciação / amortização praticada sobre o custo de aquisição dos bens, aquando da sua entrada

em funcionamento ou utilização, em conformidade com o disposto no artigo 22.º do CIRC”.

14. Reservas legais

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Reservas legais	Totais
Reservas legais em 01.01.2011	10.677
Aplicação do resultado	-
Reservas legais em 31.12.2011 (01.01.2012)	10.677
Aplicação do resultado	-
Reservas legais em 31.12.2012	10.677

De acordo com os Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 10% do lucro líquido apurado em cada exercício até que a mesma atinja 20% do capital social, em conformidade com o montante legalmente exigido (cf. artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais). A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital e para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas. Em 31 de dezembro de 2012 esta reserva já se encontrava totalmente constituída.

15. Outras reservas

A rubrica de “Outras reservas” refere-se à contrapartida da integração no ativo da Empresa, dos bens destacados da esfera do IPTM, ao abrigo do estabelecido no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de novembro e que, conforme mencionado na nota 5, apresenta a crédito o valor de avaliação desses ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis no montante de €57.249.720.

A débito está registada a perda por imparidade relativa a esses mesmos bens, a qual, na sequência de um estudo efetuado com referência a 31 de dezembro de 2012, era de €54.367.108.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Outras reservas	Totais
Outras reservas em 01.01.2011	2.740.969
Reversão de perdas por imparidade (ver Nota 5)	112.956
Outras reservas em 31.12.2011(01.01.2012)	2.853.926
Reversão de perdas por imparidade (ver Nota 5)	28.686
Outras resdervas em 31.12.2012	2.882.612

16. Resultados transitados

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Resultados transitados	Totais
Resultados transtados em 01.01.2011	94.551
Aplicação do resultado líquido de 2010	300.587
Resultados transitados em 31.12.2011(01.01.2012)	395.138
Aplicação do resultado líquido de 2011	233.484
Resultados transitados em 31.12.2012	628.622

17. Outras variações no capital próprio

A rubrica "Outras variações no capital próprio" regista os subsídios ao investimento recebidos pela APVC e as respetivas amortizações / perdas por imparidade e impostos diferidos.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

	01.01.2011	Movimentos no exercício	31.12.2011	Movimentos no exercício	31.12.2012
Subsídios recebidos e/ou a receber	2.947.975	2.259.771	5.207.746	1.471.479	6.679.225
Reconhecido como rendimento (i)	(6.599)	(41.206)	(47.805)	(88.631)	(136.437)
Imparidade - Rendimento reconhecido (iii)	(581.937)	(2.167.946)	(2.749.883)	(995.882)	(3.745.765)
Valor líquido	2.359.439	50.618	2.410.057	386.966	2.797.023
Imposto diferido passivo (ver Nota 21) (ii)	(625.251)	(13.414)	(638.665)	(102.546)	(741.211)
Outras variações nos capitais próprios	1.734.188	37.204	1.771.392	284.420	2.055.812

(i) Segundo o parágrafo 12 da NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo – os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios (Outras variações nos capitais próprios), devendo ser imputados, numa base sistemática, como rendimento, durante os períodos necessários para balancearem-nos com os gastos relacionados que pretende que se compensem.

(ii) A existência de subsídios atribuídos à Empresa não traduz um aumento do capital próprio absoluto, uma vez que os mesmos são sujeitos a tributação. Consequentemente, a quantia contratualizada com a entidade gera um enriquecimento da mesma quanto à parcela líquida de imposto e, também, a necessidade de efetuar o reconhecimento do passivo fiscal (passivo por imposto diferido) que lhe está associado, o qual vai sendo revertido na proporção do subsídio reconhecido como rendimento no período.

(iii) Pelo facto da perda por imparidade referida na Nota 5 ter sido distribuída, de uma forma proporcional, pelos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis da Empresa, foi também reconhecido um rendimento proporcional à perda por imparidade alocada aos bens subsidiados (1.079.820 euros em outros ganhos (ver Nota 27) e 83.939 euros em Outros gastos (ver Nota 28),.

18. Imposto do exercício

A Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupo de sociedades, previsto no artigo 69.º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa ótica individual.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, durante um período de quatro, cinco ou seis anos (seis anos para a matéria coletável do exercício de 2009, quatro anos para a do exercício de 2010 e cinco anos para a dos exercícios de 2011 e 2012). Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2012	2011
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	26,50%	26,50%

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

(valores expressos em euros)

	2012	2011
Imposto s/ rendimento corrente	6.540	3.074
Imposto sobre o rendimento	6.540	3.074

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

(valores expressos em euros)

	2012	2011
Resultado antes de Imposto	(315.974)	236.558
Variações patrimoniais negativas - Conversão SNC	(356)	(356)
	(316.330)	236.202
Taxa de Imposto	26,50%	26,50%
	(83.827)	62.594
Gastos não dedutíveis		
- Imparidade em activos fixos tangíveis e intangíveis	287.630	587.079
- Incentivos à aposentação	85.250	-
- Outros	37.946	11.522
Rendimentos não tributáveis		
- Reversão de imparidade em activos tangíveis e intangíveis	(439.003)	(479.093)
- Reversão de imparidade em subsídios ao investimento	(286.152)	(584.872)
- Outros	-	(2.805)
Prejuízos fiscais gerados no exercício para os quais não foi registado imposto diferido	398.157	405.575
Tributação autónoma	6.540	3.074
	6.540	3.074
Imposto s/ rendimento corrente	6.540	3.074
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
Imposto s/ rendimento	6.540	3.074
Taxa efectiva de imposto	-2,1%	1,3%

Os prejuízos fiscais gerados no exercício de 2012, estimados em 1.502.480 euros, serão totalmente utilizados pela APDL no exercício de 2012, no âmbito do regime especial de tributação de grupos.

19. Resultado líquido do período

O resultado líquido apurado no exercício de 2012 é de (€322.514):

(valores expressos em euros)

	Período 2012	Período 2011
Resultado antes de impostos	(315.974)	236.558
Imposto sobre o rendimento do período	(6.540)	(3.074)
Outros	-	-
RESULTADO LÍQUIDO	(322.514)	233.484

20. Provisões

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos nas rubricas de "Provisões" eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Provisões	Outras provisões	Totais
Acumuladas em 01.01.2011	7.513	7.513
Aumentos		
Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores	-	-
Por novas provisões	-	-
Reduções		
Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas	-	-
Quantias revertidas no período	(7.513)	(7.513)
Acumuladas em 31.12.2011 (01.01.2012)	-	-
Aumentos		
Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores	-	-
Por novas provisões	-	-
Reduções		
Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas	-	-
Quantias revertidas no período	-	-
Acumuladas em 31.12.2012	-	-

21. Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

Os movimentos ocorridos na rubrica de passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

(valores expressos em euros)

	Subsídios ao investimento	Imparidade - Subsídios ao investimento	Total
A 1 de Janeiro de 2011	779.465	(154.213)	625.251
Período findo em 31 de Dezembro			
Constituição por capital	598.839	(584.872)	13.968
Reversão por capital	(10.920)	10.366	(554)
Reversão por resultados	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-
Movimento do período	587.920	(574.506)	13.414
A 31 de Dezembro de 2011	1.367.384	(728.719)	638.665
	Subsídios ao investimento	Imparidade - Subsídios ao investimento	Total
A 1 de Janeiro de 2012	1.367.384	(728.719)	638.665
Período findo em 31 de Dezembro			
Constituição por capital	389.942	(286.153)	103.789
Reversão por capital	(23.487)	22.244	(1.243)
Reversão por resultados	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-
Movimento do período	366.455	(263.909)	102.546
A 31 de Dezembro de 2012	1.733.839	(992.628)	741.211

Durante os exercícios de 2012 e de 2011, a Empresa compensou o imposto diferido ativo com o imposto diferido passivo, tendo em consideração a natureza homóloga das situações inerentes ao registo dos mesmos.

22. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros: Fornecedores	31.12.2012	31.12.2011
	Quantias brutas	Quantias brutas
Fornecedores c/c	61.981	57.705
Fornecedores de investimentos (i)	-	4.586
Totais	61.981	62.291

(i) No exercício de 2012, os saldos a pagar a fornecedores de investimentos foram apresentados na rubrica do passivo "Outras contas a pagar" (ver Nota 23).

23. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros: Outras contas a pagar	31.12.2012	31.12.2011
	Quantias brutas	Quantias brutas
Credores por acréscimos de gastos	509.074	197.728
Outros credores	79.174	151.180
Totais	588.248	348.909

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros: Outras contas a pagar	31.12.2012	31.12.2011
	Quantias brutas	Quantias brutas
Credores por acréscimos de gastos	509.074	197.728
Fornecedores de investimentos (i)	27.577	-
Outros credores	79.174	151.180
Totais	615.825	348.909

(i) No exercício de 2011, os saldos a pagar a fornecedores de investimentos foram apresentados na rubrica do passivo "Fornecedores" (ver Nota 22).

O valor mais significativo das quantias escrituradas em "Credores diversos" refere-se à prestação de garantias por fornecedores e concessionários, que, à data de 31 de dezembro de 2012, ascendia a €76.568.

Os credores por acréscimos de gastos incluem um montante de €90.149 euros relativo ao mês de férias que se vence para pagamento no exercício de 2013.

Está igualmente aqui incluído o montante de €321.697 referente ao valor estimado das indemnizações a pagar decorrentes do regime de incentivo à aposentação antecipada de nove trabalhadores da APVC.

24. Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica apresentava a seguinte discriminação:

(valores expressos em euros)

Vendas e serviços prestados	Período 2012	Período 2011
Vendas	9.341	144
Prestações de serviços	2.786.180	2.844.174
Totais	2.795.521	2.844.318

As prestações de serviços analisam-se como segue:

(valores expressos em euros)

	Período 2012	Período 2011
Serviços ao navio	645.331	689.643
Serviços à mercadoria	579.099	619.886
Concessões / Licenças	454.608	422.892
Penalidades contratuais	458.006	463.424
Tarifas de usos dominiais	324.564	325.475
Outras prestações de serviços	324.572	322.854
Totais	2.786.180	2.844.174

25. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2012 e de 2011, o detalhe dos gastos incluídos nesta rúbrica são como segue:

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos	Período 2012	Período 2011
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	26.170	23.571
Publicidade e propaganda	6.158	2.289
Vigilância e segurança	84.311	64.311
Honorários	1.530	1.442
Conservação e reparação	411.800	289.969
Outros custos e perdas financeiras	458	411
Outros	3.300	825
	533.727	382.817
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.283	695
Livros e documentação técnica	14	65
Material de escritório	2.847	3.139
Artigos para oferta	9	9
Outros materiais	2.366	2.688
	7.519	6.595
Energia e fluidos:		
Electricidade	228.208	224.190
Combustíveis	21.960	24.652
Água	57.561	62.281
Gás	2.051	2.017
Outros fluidos	3.360	4.891
	313.139	318.030
Deslocações, estadas e transportes:	1.939	1.896
	1.939	1.896
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	1.585	394
Comunicação	22.146	29.735
Seguros	25.418	27.814
Contencioso e notariado	4.211	497
Despesas de representação	210	398
Limpeza, higiene e conforto	9.555	8.662
Outros serviços	1.934	1.919
	65.059	69.420
Totais	921.383	778.759

Na rubrica “Conservação e reparação” são contabilizados os gastos incorridos com a realização de dragagens de emergência e conservação para a manutenção das condições de navegabilidade e segurança do canal de acesso ao porto comercial. A distribuição por exercício dos gastos com dragagens é a que se evidencia no quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Dragagens	Período 2012	Período 2011
Dragagens	219.372	112.005

26. Gastos com o pessoal

O número de trabalhadores, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, atenta a natureza do vínculo contratual, era o seguinte:

(n.º de trabalhadores)

Número de trabalhadores	2012	2011
Pessoal do quadro	44	45
Pessoal contratado a termo certo	1	2
Pessoal requisitado / comissão de serviço	1	1
Totais	46	48

Os gastos com pessoal nos exercícios findos naquelas datas tiveram a seguinte discriminação:

(valores expressos em euros)

	Período 2012	Período 2011
Remunerações dos órgãos sociais	11.034	10.768
Remunerações do pessoal	1.423.222	1.553.425
Benefícios pós-emprego	45.656	0
Indemnizações	321.697	0
Encargos sobre remunerações	242.721	271.620
Seguros de acidentes no trabalho e doenças	14.197	21.130
Gastos de acção social	1.378	1.900
Outros gastos com pessoal	10.121	9.472
Totais	2.070.027	1.868.316

As remunerações dos órgãos sociais referem-se à prestação de serviços do Fiscal Único da Empresa pela revisão oficial das contas e ao pagamento de senhas de presença à Secretária da Assembleia Geral.

As remunerações do pessoal incluem, para além das remunerações base, outras remunerações acessórias, constantes da Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro. A diminuição nas remunerações ao pessoal reflete as reduções remuneratórias e demais regras de contenção introduzidas com a publicação da Lei do Orçamento de Estado para 2011 e Lei do Orçamento de Estado para 2012.

Os gastos de ação social e outros incluem gastos com atribuição de abonos sociais a trabalhadores da Empresa, nos termos definidos na legislação geral, gastos com medicina no trabalho, assistência médica e formação.

Foi igualmente registado no exercício de 2012, um montante de €321.697 referente ao valor estimado das indemnizações a pagar decorrentes do regime de incentivo à aposentação antecipada de nove trabalhadores da APVC.

27. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" teve a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

	Período 2012	Período 2011
Rendimentos suplementares	7.172	82.074
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros	2.368	763
Imputação de subsídios ao investimento	88.631	41.206
Subsídios ao investimento - Imparidade (ver Nota 17)	1.079.820	2.207.062
Outros rendimentos e ganhos	551	234
	1.178.543	2.331.340

Em "Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros", relativamente ao exercício de 2012, estão registados rendimentos de indemnizações referentes a três sinistros ocorridos, da responsabilidade de terceiros, por danos causados à barreira de saída da portaria do porto comercial de Viana do Castelo.

28. Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

	Período 2012	Período 2011
Impostos	91.426	85.350
Subsídios ao investimento - Imparidade (reversão) (ver Nota17)	83.939	39.116
Outros gastos e perdas	22.350	13.204
	197.716	137.670

A rubrica "Impostos" refere-se maioritariamente à contribuição financeira devida ao IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., atualmente integrado no Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., que para o exercício de 2012, foi definida pelo Despacho n.º 5905/2012, de 4 de maio e para o exercício de 2011, pelo Despacho n.º 3016/2011, de 15 de Fevereiro (5% e 4,5%, respetivamente, das receitas de exploração de cada porto, excluindo serviços de pilotagem).

O valor da referida comparticipação financeira, nos exercícios de 2012 e 2011, foi o seguinte:

(valores expressos em euros)

	Período 2012	Período 2011
Comparticipação financeira para o IPTM	88.471	81.752

29. Juros e rendimentos similares obtidos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

	Período 2012	Período 2011
Juros obtidos	9.476	75.680
Outros rendimentos similares	5.404	4.449
	14.880	80.129

Os "Juros obtidos" são provenientes de depósitos à ordem e depósitos a prazo.

Em “Outros rendimentos similares” são classificados os ganhos obtidos pela aplicação de juros de mora sobre pagamentos de clientes efetuados para além do prazo de vencimento.

30. Responsabilidades por garantias prestadas

Em 2010, a APVC prestou uma garantia bancária a favor do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnizações de parcelas de terreno a expropriar no âmbito do processo de construção do acesso rodoviário ao porto comercial de Viana do Castelo. Em 31 de dezembro de 2012, esta garantia ascendia a €2.400.175,98.

31. Garantias prestadas por Terceiros

Fornecedores

As cauções prestadas por fornecedores são exigidas como garantia da boa execução de obras públicas contratadas, mantendo-se em vigor até à receção definitiva das obras.

As cauções prestadas existentes às datas de 31 de dezembro de 2012 e 2011 são as constantes do quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

	Período 2012	Período 2011
Depósitos garantia	25.568	136.700
Garantias bancárias	311.884	317.004
	337.452	453.704

Clientes e outros devedores

As cauções prestadas por clientes e outros devedores garantem o cumprimento das suas obrigações perante a Autoridade Portuária que lhes emitiu as respetivas licenças para o exercício da sua atividade no porto de Viana do Castelo.

As cauções prestadas existentes no final de cada um dos exercícios de 2012 e 2011 eram as seguintes:

(valores expressos em euros)

	Período 2012	Período 2011
Depósitos garantia	51.000	12.000
Garantias bancárias	35.000	54.094
	86.000	66.094

32. Compromissos assumidos

Os compromissos assumidos pela Empresa, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 ascendem a 3.382 euros (2010: 1.066.656 euros), e são como segue:

(valores expressos em euros)

	Período 2012	Período 2011
Edifícios e outras construções	-	553.516
Equipamento básico	3.382	513.140
Compromissos assumidos	3.382	1.066.656

33. Eventos subsequentes

Não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2012 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2012.

Relatório
e Contas

2012

IV - RELATÓRIO DE GOVERNO
DA SOCIEDADE

Cap. IV – RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

1. Nota introdutória

O governo da empresa pauta-se pela observância dos “Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado” aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, e seguindo o modelo proposto pela Direção Geral do Tesouro e das Finanças.

2. Enquadramento Legal

a) Estatuto jurídico

A APVC, SA é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos que se rege pelo Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de novembro, e respetivos estatutos assim como pelo regime jurídico do setor empresarial do Estado, consagrado no Decreto-Lei n.º 588/99, de 17 de dezembro, pelos princípios do bom governo das empresas do setor empresarial do Estado constantes na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, pelo código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos e demais normas especiais que lhe sejam aplicáveis.

b) Enquadramento em matéria de pessoal

O Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de outubro, (EPAP), redefiniu o regime jurídico do pessoal que transitou das anteriores administrações portuárias e juntas autónomas e dos trabalhadores provenientes do ex Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP).

Foi mantido, do anterior estatuto, o essencial da regulamentação relacionada com o regime de trabalho, e consagrou-se um normativo de transição para a adoção plena do regime do contrato individual de trabalho, sem prejuízo da situação jurídico profissional de origem designadamente quanto à natureza do vínculo e ao regime de aposentação.

Ao pessoal das administrações portuárias é aplicável o EPAP e correspondente regulamentação constante da Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, tendo como pano de fundo a legislação do contrato individual de trabalho ressalvada, no caso dos trabalhadores que transitaram do instituto público, a remissão direta em alguns domínios específicos para o regime dos agentes e funcionários do Estado

3. Missão, Objetivos e Políticas da Empresa

A missão da empresa vem expressa no *"Plano de Ação para a modernização e melhoria da competitividade do Porto de Viana do Castelo"*, tem uma ambição de médio e longo prazo, visa funcionar como fator de coesão e motivação dos vários agentes envolvidos no negócio portuário e está assim formulada:

"Servir os seus clientes e tráfegos existentes, criando as melhores condições para o serviço prestado, que facilitem a recuperação e a captação de novas cargas, assim como as condições de localização de atividades económicas de forma integrada e sustentável"

A nossa visão é a de concretizar e consolidar uma empresa e um serviço portuário que com os recursos gerados pela sua atividade comercial e gestão dominial sirva os seus clientes atuais, conquiste novos clientes e novas cargas e cumpra com um vasto conjunto de atribuições públicas (que não são remuneradas). A situação atual é a de uma autoridade portuária a meio caminho entre um *"operating port"* e um *"tool port"* mas que visa evoluir para um *"landlord port"* assim que for atingido o movimento portuário capaz de interessar um potencial concessionário à operação multiuso.

Os objetivos gerais de desenvolvimento do porto de Viana do Castelo estão definidos segundo seis grandes linhas estratégicas a saber:

- Crescimento do tráfego com base nos clientes atuais e na criação de condições de atração empresarial;
- Excelência na operacionalidade do porto, aumentando a capacidade de movimentação de cargas, melhorando os acessos marítimos e terrestres;
- Autossuficiência económica e viabilidade financeira da APVC, captando apoios nacionais e comunitários disponíveis para o investimento e reduzindo os custos correntes dissociados da operação;
- Motivação e envolvimento dos colaboradores da APVC;
- Desenvolvimento de uma política de baixos preços como fator competitivo;
- Integração na envolvente urbana, rentabilizando a exploração do património que constitui o domínio público marítimo (DPM).

A concretização das grandes linhas estratégicas assenta num Plano de Ação delineado em dois tempos: um primeiro, de curto prazo, com um tempo de realização de três anos e um segundo tempo, de médio prazo, até ao ano 2016. Este plano prevê um

conjunto vasto de ações, iniciativas e investimentos com um alinhamento de prioridades a colocar no terreno de forma cadenciada e julgada em função dos benefícios entretanto alcançados.

4. Regulamentos Internos

Os regulamentos internos mais diretamente relacionados com a atividade da nova empresa e de cumprimento obrigatório são os seguintes:

Regulamento de Exploração do Porto de Viana do Castelo e Anexos: conjunto de normas e regras relativas às atividades operacionais respeitantes ao ciclo do navio, da carga e dos passageiros em porto. É um regulamento de aplicação geral a todas as entidades que estão autorizadas a exercer uma atividade dentro do porto. A sua estrutura é composta por 11 capítulos e 6 anexos da seguinte forma: Capítulos (I) Disposições gerais, (II) Embarcações, (III) Cargas, (IV) Passageiros, (V) Equipamentos, (VI) Fornecimentos e Serviços Diversos, (VII) Vigilância, Acessos e, Circulação, (VIII) Exercício de Atividades e Utilização de Espaços e Instalações Portuárias, (IX) Recolha de Resíduos e Águas Residuais, (X) Segurança no Porto, (XI) Contraordenações e coimas e os Anexos (1) Horário do funcionamento do Porto de Viana do Castelo (2) Normas e prazos para requisição alteração e cancelamento de serviços, (3) Normas de segurança marítima e portuária do porto de Viana do Castelo, (4) Destinos e Regimes Aduaneiros das Mercadorias, (5) Controlo de Acessos ao Porto de Viana do Castelo, (6) Plano de Receção e Gestão de Resíduos.

O regulamento foi aprovado em reunião do C.A. – A.P.V.C. de 23 de setembro de 2009, e posteriormente alvo de aprovação pelo IPTM.

Regulamento de Tarifas da APVC e Anexo: Conjunto de normas e regras que regulam a aplicação de tarifas de serviços prestados. Este regulamento obedece ao Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente aprovado por Decreto-Lei n.º 273/2000, de 9 de novembro. A sua estrutura é constituída por 7 capítulos e 1 Anexo da seguinte forma: Capítulos (I) Disposições gerais, (II) Tarifa de uso do porto, (III) Amarração e Desamarração, (IV) Movimentação de cargas e tráfego de passageiros, (V) Armazenagem, (VI) Uso de equipamento, (VII) Fornecimentos e o Anexo (1) Tarifário de resíduos.

Regulamento de Tarifas específico para o fornecimento de água ao PVC: conjunto de normas e regras que regulam a forma de fixação das taxas de fornecimento de água na área de jurisdição da APVC, S.A.

Regulamento de Tarifas específico para o fornecimento de Energia ao PVC: conjunto de normas e regras que regulam a forma de fixação das taxas de fornecimento de energia na área de jurisdição da APVC, S.A.

Regulamento de Tarifas para a Utilização de Bens Dominiais: conjunto de normas que fixam as taxas a aplicar nos usos privativos de terrenos do domínio público situados na área de jurisdição da APVC, S.A.

Regulamento de Exploração e Utilização da Marina de Viana do Castelo: conjunto de normas e regras que regulam o acesso, estadia e uso das facilidades e serviços existentes aplicáveis aos utentes e visitantes da marina.

Guia de procedimento de Compras e de conferência de faturas: Conjunto de normas e regras que visam regulamentar o procedimento de compras e aquisições de bens móveis, serviços e empreitadas de obras públicas, com a descrição dos fluxos e as formas de controlo internas aplicáveis, aprovado na sequência da entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. Foi aprovado em reunião do CA-APVC e entrou em vigor a 19 de setembro de 2009.

Todos os regulamentos internos acima citados constam do *site* da APVC (www.apvc.pt), com exceção do Guia de procedimento de compras e de conferência de faturas.

5. Regulamentos Externos

Os regulamentos externos relacionados com a atividade da empresa e que esta está obrigada a observar são, designadamente, os seguintes:

Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente, aprovado por Decreto-Lei n.º 273/2000, de 9 de novembro, que estabelece um conjunto de normas e procedimentos a observar na elaboração dos regulamentos de tarifas de cada porto.

Regulamento Geral do Serviço de Pilotagem: Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de março, que estabelece um conjunto de normas reguladoras da prestação do serviço de pilotagem nos portos portugueses.

Regulamento da Náutica de Recreio: Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 124/2004, de 25 de maio, que estabelece um conjunto de normas reguladoras da atividade náutica de recreio.

Regulamento n.º 725/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março: Regulamento Comunitário que aprova o Código Internacional para a Proteção dos navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS), o qual consagra um conjunto de

normas no âmbito do transporte marítimo em especial no que respeita à proteção contra ameaças terroristas no tráfego marítimo.

O Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro, que veio estabelecer as modalidades de cooperação entre entidades com competências no âmbito da segurança e proteção dos navios e das instalações portuárias, bem como enquadrar no ordenamento jurídico nacional as disposições comunitárias sobre a matéria, tendo em vista a adoção, execução e cumprimento integrais do Código Internacional para a Proteção dos Navios e das Instalações Portuárias (código ISPS).

O Decreto-Lei n.º 284/2003, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/106/CE do Parlamento e Conselho Europeus, de 19 de dezembro, relativa à aplicação aos navios que escalem os portos da comunidade ou naveguem em áreas sob a jurisdição dos Estados membros das normas internacionais respeitantes à segurança de navegação, à prevenção de poluição e às condições de vida e do trabalho a bordo dos navios e a Diretiva n.º 2001/84/CE, do Parlamento e do Conselho Europeus, de 5 de novembro, que altera a primeira no domínio da segurança marítima e de prevenção de poluição por navios.

Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março, que atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;

Decreto-Lei n.º 49/2020, de 2 de março, que estabelece o regime jurídico das contraordenações a aplicar nas áreas de jurisdição das autoridades portuárias;

Regulamentos Comunitários e da Organização Marítima Internacional (IMO) sobre segurança e proteção portuária e da navegação.

Regime da Operação Portuária – Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto.

Estatuto do Agente de Navegação, Decreto-Lei n.º 76/89, de 3 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 148/91, de 12 de abril.

Decreto-Lei n.º 421/1999, de 21 de setembro, que aprova o Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias

Decreto-Lei n.º 324/1994, de 30 de dezembro, que aprova as bases gerais das Concessões do serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias.

Lei n.º 38/2005, de 29 de dezembro, Lei da Água e demais diplomas regulamentares referentes ao regime de utilização dos recursos hídricos e respetivo licenciamento tais como, o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 30 de maio, e Portaria n.º 1450/2007, de 12 de

novembro, designadamente, quanto à captação de água, rejeição de águas residuais e imersão de dragados, entre outros.

6. Transações relevantes

Constitui “Transação relevante” a transferência de 4,5% dos proveitos registados na conta 72 – “Prestação de Serviços”, excluindo a receita do serviço de pilotagem, para o IPTM – Instituto Português dos Transportes Marítimos, em conformidade com o estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo 28.º dos estatutos do IPTM, publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 257/2002, de 22 de novembro.

7. Modelo de Governo

Os órgãos sociais que iniciaram mandato com o começo da atividade da nova empresa têm a seguinte composição:

Mesa da Assembleia Geral:

Para o triénio 2008-2010

- **Presidente da Mesa:** Município de Viana do Castelo representado pelo Presidente da Câmara Municipal;
- **Secretário:** Dra. Maria da Graça Lima Campos Gouveia Neves Miranda Lopes.

Na Assembleia-Geral realizada em 30 de Março de 2011, na sequência de orientações recebidas da tutela, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o triénio 2011-2014, pelo que os que estavam em funções mantiveram-se até nova eleição.

Conselho de Administração e respetivos pelouros:

- **Presidente:** Eng.º João Pedro Soeiro de Matos Fernandes, áreas Comercial, Formação e Recursos Humanos, até 30 de maio de 2012;
- **Vogal:** Eng.º Emílio Fernando Brògueira Dias, áreas das Obras, Operação Portuária, Segurança, Manutenção e Dominial, e partir de 01 de junho de 2012 acrescem as áreas da Formação e Recursos Humanos;
- **Vogal:** Dr. Amadeu Ferreira Rocha, áreas Administrativa, Financeira e Sistemas de Informação, e a partir de 01 de junho de 2012 acresce a área Comercial.

O Conselho de Administração para deliberar sobre as matérias mais relevantes da atividade da empresa, efetuou 23 reuniões durante o ano de 2012.

Fiscal Único: PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José Pereira Alves, ROC, tendo como suplente José Manuel Henriques Bernardo.

Estrutura de Gestão:

- **Diretor Coordenador:** Arq. Vasco Fernando de Melo e Azevedo Cameira;
- **Diretor de Operações e Segurança:** Cte. José Gomes da Silva Alves;
- **Divisão Administrativa e Financeira:** Dr. Carlos Alberto Vieira da Rocha;
- **Divisão Comercial e de Sistemas de Informação:** Cte. João Manuel Ribeiro Lomba da Costa;
- **Pilotagem:** Cte. António José Teles Silva Fernandes;
- **Departamento de Exploração:** António José Fonseca da Costa Maia;
- **Departamento de Manutenção:** José Fernandes Martins Machado.

8. Remunerações dos membros dos órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral:

(valores expressos em euros)

	Período 2012	Período 2011
Presidente	-	-
Secretário	449	898
Totais	449	898

Conselho de Administração: Não remunerados.

Órgãos de Fiscalização

A prestação de serviços por parte do Fiscal Único, bem como a respetiva formalização, correm os seus termos pelo órgão de administração, devendo o pagamento dos honorários ter em conta os valores mínimos que resultarem da aplicação do regime geral dos ROC, designadamente do n.º 1 do artigo 160.º, conjugado com os números 1 e 4 do artigo 60.º, ambos do Decreto-Lei n.º 487/1999.

O contrato de prestação de serviços de revisão legal de contas em vigor, com a firma PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., estabeleceu uma avença anual de 9.180 euros para o exercício de 2012.

9. Sustentabilidade da empresa

A APVC enquanto autoridade portuária e empresa prestadora de serviços prossegue uma política de gestão responsável seja ao nível da sua intervenção social e económica, seja assumindo de forma crescente as suas responsabilidades na prevenção de impactos negativos decorrentes do vasto leque de atividades desenvolvidas na sua área de jurisdição. Implementa ou exige de terceiros que cumpram com a normativa juridicamente eficaz que regula aquelas diferentes atividades, estimula que todas as

entidades também o façam e adota medidas mitigadoras ou de compensação dos impactes ambientais que possam resultar das diferentes atividades desenvolvidas.

10. Controlo de riscos

Face às diferentes atividades desenvolvidas na sua área de jurisdição, a APVC encontra-se exposta a um conjunto variado de riscos que devem ser convenientemente avaliados e acompanhados. Dos principais riscos destacam-se:

- *Regulação* – a APVC deve assegurar o acompanhamento dos dispositivos legais e normativos que por obrigação deve cumprir visto estar sujeita à regulação sectorial exercida pelo IPTM – Instituto Português dos transportes Marítimos;
- *Concorrência* – sobretudo do modo rodoviário que assegura grande mobilidade e flexibilidade e, também, do sistema portuário galego pela sua proximidade geográfica e da rede logística de que dispõe;
- *Estrutura de mercadorias* – apenas 3 tipos de mercadorias asseguram mais de 70% do movimento anual de cargas;
- *Operacional* – riscos inerentes à própria atividade portuária, sobretudo nas operações à carga e ao navio. A APVC dispõe de normas de Segurança Marítima e Portuária e de Plano de Proteção das Instalações Portuárias no âmbito do cumprimento do código ISPS (*International Ship and Security Code*);
- *Ambiental* – São avaliados os impactes ambientais das atividades desenvolvidas pela APVC ao nível da operação e da elaboração e desenvolvimento dos projetos dando-se prioridade à eliminação, minimização ou mitigação dos impactes;
- *Evolução tecnológica* – Investimento no processo de integração da informação associada ao meio de transporte e à mercadoria (Janela Única Portuária).

Os mecanismos de gestão do risco na APVC, que agora completa o seu primeiro ano como empresa, estão ainda em fase de reavaliação.

11. Princípios de Bom Governo

A APVC desenvolve as suas atividades segundo os princípios da transparência, respeito pelo ambiente, cumprimento das normas de segurança das operações portuárias e dos regulamentos e normativos urbanísticos dentro da sua área de jurisdição. Estes princípios estão divulgados no seu portal eletrónico (www.apvc.pt) que integra todos os aspetos inerentes ao bom governo da empresa, à promoção e desenvolvimento da comunidade portuária deles se destacando:

- A estrutura da administração da empresa e divulgação dos seus estatutos sociais e organigrama;
- A apresentação da missão e principais linhas estratégicas de desenvolvimento;
- A apresentação das ações e projetos que integram aquela estratégia;
- O acompanhamento dos investimentos em curso;
- O relatório de contas anual;
- As estatísticas portuárias mensais e anuais;
- Os regulamentos de exploração e de tarifas;
- As normas e procedimentos de segurança marítima e portuária.

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Orgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado			X	
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética			X	
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Cap. V – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

1. Prazo Médio de Pagamentos

Os prazos médios de pagamentos, calculados em conformidade com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, são os constantes do seguinte quadro:

	1.º T 2011	2.º T 2011	3.º T 2011	4.º T 2011	1.º T 2012	2.º T 2012	3.º T 2012	4.º T 2012
Prazo médio de pagamento a fornecedores (dias)	37	38	32	27	28	31	36	21

Não existem atrasos no pagamento, considerando-se, para tal, o não pagamento de faturas correspondentes ao fornecimento de bens e serviços após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o seu pagamento.

2. Indicadores do Cumprimento das Obrigações Legais

O quadro seguidamente apresentado releva alguns indicadores relacionados com o cumprimento das obrigações legais:

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação
	S	N	N.A.	
Gestão do Risco Financeiro			X	
Limites de Crescimento do Endividamento			X	
Evolução do PMP a fornecedores	X			PMP (31.12.2012) = 21 dias (redução de 6 dias relativamente a 2011)
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			Não existem pagamentos em atraso
Deveres Especiais de Informação			X	
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			X	
Remunerações:				
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011			X	CANão remunerado
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011			X	CANão remunerado
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010			X	CANão remunerado
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011			X	CANão remunerado
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 26º da Lei 64-B/2011	X			Total da redução remuneratória anual em 2012 = €1.180
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	X			Total da redução remuneratória anual em 2012 = €97.968
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X			Total da Redução remuneratória em 2012
Artigo 32º do EGP				
Utilização de cartões de crédito			X	Não existem cartões de crédito atribuídos
Reembolso de despesas de representação pessoal			X	Não existem reembolsos de despesas de representação pessoal
Contratação Pública				
Normas de contratação pública	X			
Normas de contratação pública pelas participadas	X			
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X	Não foram efetuados contratos de valor superior ao limite estabelecido
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X			Ainda não foram efetuadas aquisições objeto de consulta no SNCP
Parque Automóvel	X			Não houve alterações em 2012 do nº total de veículos utilizados pela empresa
Plano de Redução de Custos				
Gastos com pessoal				Var. -14,6% em 2012, face a 2010
Fornecimentos e Serviços Externos				Var. -51,8% em 2012, face a 2010
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes				
Nº de efetivos	X			0% em 2012, face a 2010
Nº de cargos dirigentes	X			0% em 2012, face a 2010
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			93% disponibilidades depositadas no IGCP em 31 de Dezembro 2012

3. Gastos com Pessoal

Em termos de gastos com pessoal o seguinte quadro demonstra a adoção das obrigações legais estabelecidas:

(valores expressos em euros)

Designação	2010	2011	2012
Gastos com pessoal (€)	2.074.764	1.868.316	2.070.027
Gastos com Órgãos Sociais (€)	11.190	10.768	11.034
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)		820	-
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)		-	-
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	155.652	142.853	128.696
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)		13.143	11.989
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	1.907.922	1.714.695	1.608.600
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)		91.376	85.979
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Rescisões / Indemnizações (€)	-	-	321.697
Designação	2.010	2.011	2.012
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	52	54	51
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	6	6	5
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	2	2	2
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	44	46	44

Nos gastos com órgãos sociais incluem-se despesas relacionadas com a prestação de serviços de revisão legal e senhas de presença aos membros da Assembleia Geral da APVC.

Os valores contratualizados com o Fiscal Único em termos de avença anual foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Designação	2010	2011	2012
Fiscal Único	10.000	9.180	9.180

A estes valores acrescem gastos administrativos variáveis diversos imputados igualmente a gastos com órgãos sociais.